

Para além dos pólos museológicos já referidos, que se distribuíam pelo espaço abrangido pelo âmbito do Ecomuseu, projectavam-se caminhos de descoberta que ligariam as várias instalações, passando pelos abrigos de montanha do parque, por habitações rústicas de turismo de aldeia, percursos de interpretação da flora, etc. Foram adquiridos diversos imóveis de arquitectura tradicional e previa-se a recuperação das pequenas, mas curiosas termas de Unhais da Serra como um pólo de acolhimento e lazer que completaria a oferta do conjunto parque natural /ecomuseu em termos de animação cultural e conservação/valorização do património.

Mais importante que as salas de exposição seriam as manifestações autênticas da cultura local: o visitante colhia informação no museu do tempo e depois ia à descoberta dos valores naturais e culturais. Indo pelo Parque fora poderia apreciar as moreias ou os vales glaciares, os blocos erráticos, o castro ou a anta que o museu lhe indicou; poderá ver no local próprio a pastagem de altitude e o gado que a conserva pelo pastoreio, as espécie de flora, algumas em vias de extinção (o teixo e o azevinho) e algumas espécies de animais

Este projecto ecomuseológico poderia considerar-se paradigmático, pelo seu carácter inovador em termos de museologia e parques – a que GHR chegou a propor (dizemos isto, cremos, pela primeira vez em público) a designação de Parqueologia, e dentro dos conceitos propostos pela Nova Museologia.

A iniciativa de instituir este conceito de museu nas Áreas Protegidas em Portugal (estavam previstos outros ecomuseus nessa altura, para os Parques Naturais de Montesinho e da Arrábida, locais também visitados por Rivière) gerou algumas polémicas porque se tratava de conceitos que não eram facilmente compreendidos pelos dirigentes e responsáveis políticos, e por muitos ditos intelectuais de formação livresca, sendo a ideia posta de parte pelo novo Presidente do Serviço que, entretanto, passaria a designar-se Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN). Nunca chegou a ser criada em Portugal uma verdadeira consciência do que devem ser os Parques Naturais como instrumentos de conservação e valorização do património global das paisagens – o património paisagístico.

É óbvio que se hoje se retomassem aqueles projectos não só a metodologia como os conceitos e sua abordagem seriam diferentes, tanto mais que os instrumentos de trabalho actualmente existentes são outros também, e outros os recursos tecnológicos; além do mais a própria noção de ecomuseu foi evoluindo de então para cá, face às condições sociais, económicas e culturais das sociedades rurais. Contudo a nível teórico as questões então

colocadas continuam em aberto, talvez até com maior acuidade, e conferem um grau de actualidade permanente e de modernidade no panorama museológico, o que é interessante de constatar.

Este projecto do primeiro ecomuseu no nosso País foi um trabalho muito válido tendo em conta o seu âmbito de intervenção, tendo sido colocada pela primeira vez a questão do **museu de território**, pelo que deve ser considerado como um projecto inovador com objectivos fundamentalmente pedagógicos. Teve também o mérito de estabelecer propostas metodológicas de carácter inter e multidisciplinar; surgir como instrumento de defesa e alargamento do conceito de património; ter um carácter integrador do património natural e cultural e envolver a população no projecto.

Teve ainda um papel positivo na sensibilização dos sectores mais esclarecidos pela polémica que estabeleceu dentro e fora do SNPRPP nomeadamente nos meios museológicos e ainda hoje é notado como um ponto de referência na história da Museologia em Portugal.

Contudo como reconheceu F. Pessoa numa comunicação apresentada nas “X Jornadas sobre a Função Social do Museu” realizadas na Póvoa do Lanhoso, por iniciativa do MINOM “ *Foi difícil para muita gente tradicionalmente catalogada como sendo da “cultura” entender a **dimensão ecológica do Homem**; e continua a ser difícil para muita gente ligada às ciências da Natureza entender a **dimensão cultural da paisagem** e da Natureza que a sustenta. Ora o museu de hoje e do futuro só tem justificação se entender e interpretar essa dupla dimensão*”.(11)

Certo é que passados vinte e cinco anos ainda se volta a falar de quando em vez na museologia das Áreas Protegidas e se nelas não se concretizou nenhum ecomuseu, resta reconhecer que algumas estruturas museológicas que se vieram a criar, noutros locais, alguma coisa beneficiaram das propostas e dos debates gerados no SNPRPP.



Rivière na Serra da Estrela, em 1978

Como veio a reconhecer o professor Coutinho Gouveia, “a apresentação do projecto de criação de um ecomuseu no contexto do Parque Natural da Serra da Estrela deverá ser devidamente sublinhada, não só pelo facto de ter chegado a constituir um passo significativo na via da concretização das concepções adoptadas, mas também pelo modo de aplicação do conceito de ecomuseu à realidade portuguesa que aí se encontra proposto.

A colaboração de Georges Henri Rivière na elaboração deste projecto, mediante a preparação de um texto merecedor de maior divulgação, poderá ser entendida não só como uma sua certificação mas também como uma prova da importância atribuída por esse museólogo ao seu efectivo desenvolvimento.

As propostas fundamentais presentes na concepção do ecomuseu, tais como a da ligação a um território devidamente caracterizado, a da investigação da sua realidade cultural numa perspectiva de interdisciplinaridade e a do envolvimento das populações num processo conducente à sua promoção, patenteiam-se claramente num programa cuja execução chegaria a atingir um patamar significativo, situação que não se revelaria contudo suficiente para contrariar o seu posterior abandono.” (12)



(Foto «DN» — Acácio Franco)

Para o prof. George Rivière, conselheiro permanente da Unesco (na foto, o primeiro, a esquerda), Portugal tem um ano e meio para salvar o seu importante património natural. Estas e outras declarações seriam proferidas pelo eminente especialista no colóquio que ontem decorreu no Serviço Nacional de Parques

A instalar na serra da Estrela primeiros ecomuseus nacionais

• Uma advertência do prof. Henri Rivière para salvaguarda da paisagem e do ambiente

Portugal tem um ano e meio para salvar o seu património natural e paisagístico. É esta a opinião do prof. George Henri Rivière, conselheiro permanente da UNESCO, que desde o dia 4 se encontra em visita de trabalho ao nosso país, a convite do Serviço Nacional de Parques, tendo percorrido várias reservas naturais, designadamente na serra da Estrela, onde, num futuro breve, serão instalados os primeiros ecomuseus nacionais.

Os ecomuseus, de acordo com a definição do prof. Rivière, são espelhos onde a população se contempla, para nela se reconhecer e onde procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com a das populações que a precederam, na descontinuidade ou continuidade das gerações. Espelhos que as populações mostram aos seus hóspedes, para que eles a compreendam melhor, no respeito pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, pela sua intimidade.

Esta seria, aliás, a tônica em que assentaria o colóquio de ontem à tarde, realizado no edifício do Serviço Nacional de Parques, no decurso do qual o prof. George Rivière exporia várias noções sobre a matéria, vivamente acompanhadas por numerosos técnicos daqueles serviços.

Desde a vegetação histórica até à poluição, passando pelas diversas plantações, tipos de situações geológicas, plantas selvagens, destruição das paisagens, bem como museus, laboratórios e pesquisas que vêm sendo efectuadas um pouco por todo o mundo, a tudo se referiu o prof. George Rivière, com o conhecimento próprio de quem ao assunto dedicou uma grande parte da sua vida. Recor-

de-se, a propósito, que o prof. Rivière foi um dos fundadores do Museu Gulbenkian, em Lisboa, bem como do Museu do Homem e das Artes e Tradições Populares, em Paris, e ainda do Museu da Relojoaria, na Suíça.

Salvar o património natural e cultural

Fernando Pessoa, director do Serviço Nacional de Parques, depois de acentuar o interesse e o significado da visita do prof. George Rivière a Portugal, diria, reportando-se ao colóquio de ontem à tarde, que se trata de uma reflexão final de que o professor viu e ouviu, dirigida, sobretudo, aos técnicos dos serviços.

Por outro lado, sublinhou, os resultados práticos da visita do conselheiro permanente da Unesco, terão viabilidade a curto e médio prazo. Para já, como frisou, vamos começar a estudar a instalação dos primeiros ecomuseus nacionais, na serra da Estrela, em tres-aldetas extremamente pitorescas e que muito entusiasmatam o prof. Rivière, como Videmonte, Felgozinho e Linhares.

Estas povoações foram escolhidas, segundo Fernando Pessoa, por estarem especialmente vocacionadas para o que delas se pretende. Simultaneamente, proceder-se-á ao relançamento da sua actividade económica. A protecção da Natureza e a restauração de diversas casas estão incluídas no referido programa, que prevê a instalação de outros ecomuseus em várias regiões do território nacional.

Para Fernando Pessoa, o ecomuseu terá de ser um museu vivo, um museu no tempo e no

espaço, voltado para as populações, falando-lhes da evolução do homem desde os tempos geológicos até aos nossos dias.

Depois de sublinhar que eo homem faz parte do ecossistema, Fernando Pessoa salientaria a degradação a que, em muitos casos, já se chegou, concordando com o prof. Rivière no que se refere à necessidade urgente de salvar o património natural e cultural do País, lançando as bases do futuro a partir de um levantamento geral de todos os valores.

Sobre os parques naturais, Fernando Pessoa diria, após acentuar a necessidade da sua existência, que eles são criados com a colaboração dos órgãos de poder local e dos serviços regionais com mais forte intervenção nas diversas regiões do País. Aliás, acrescentaria, a colaboração das populações é imprescindível, observando, por outro lado, ser essencial inculcar nas pessoas a pedagogia do ambiente.

O Serviço Nacional de Parques conta, presentemente, com cerca de 60 funcionários, entre pessoal técnico e administrativo, número que se nos afigura reduzido para o muito que há a fazer em matéria de salvaguarda do património natural e cultural, desde a protecção da Natureza ao equilíbrio ecológico e correcto ordenamento do território nacional, além da criação de parques naturais, para a defesa consequente do ambiente, dinamização da economia tradicional e gestão nacional dos recursos naturais, no interesse do País, em geral e das populações, em particular, as quais, precisam, de facto, de começar a aprender a sentir orgulho naquilo que possuem, quantas vezes de raro e reconhecido valor.

NOTAS

1. No Museu da História da Bretanha estão já patentes algumas das preocupações que GHR retomará mais tarde, nos aspectos do ecomuseu, ou seja, programa interdisciplinar diacrónico, numa perspectiva espacial e temporal.
2. O conceito de ecomuseu enquadra-se no conceito de museu integral tal como foi definido na declaração de Santiago do Chile
3. “*Définition de l'ecomusée : musée éclaté, interdisciplinaire, démontrant l'homme dans le temps et dans l'espace, dans son environnement naturel et culturel, et invitant la totalité d'une population à participer à son propre développement par divers moyens d'expression basés essentiellement sur la réalité des sites, des édifices, des objets, choses réelles plus parlantes que les mots ou les images qui envahissent notre vie. »*
4. Os primeiros museus de ar livre apareceram no fim do séc.XIX na Suécia, onde o museólogo Hazelius fundou o Nordiska Museet. Estes museus divulgaram-se por outros países da Europa, mas segundo o museólogo Marc-Alain Maure tinham implícita uma ideologia nacionalista :”o fim destas instituições era conservar objectos de valor nacional mais do que documentar as variedades de formas culturais e sociais sob o ponto de vista local”- (*Vagues*, T.2, p.87).
5. VARINE, Hugues de, “Un musée éclaté : du Musée de l'Homme et de l'Industrie du Creuzot », in *Museum*, vol. XXV, nº4, UNESCO, 1973.
6. Para o Museu do Tempo previa-se uma política de aquisição de objectos, documentos e materiais diversos. Como recomendou Rivière, eles seriam confiados e controlados pela organização de que dependiam e depois pela autoridade de tutela nacional competente.
7. CLAIR, Jean, “Les origines de la notion d'ecomusée » (1976), in *Vagues*, T.1, p 438.
8. Situação idêntica verifica-se no chamado Ecomuseu de Ungenshein, na Alsácia, que eu visitei, onde, tendo como exemplo os museus de ar livre, foram reconstituídas no local ou para lá transplantadas casas características da região e onde são simuladas antigas actividades e vivências tradicionais, mas onde a participação da população assemelha-se a uma figuração folclórica para o turista ver. A população é constituída por assalariados, o que contraria frontalmente o conceito original de ecomuseu..
9. O Parque Natural Regional da Camarga localiza-se no delta do Rhône, protegendo uma importante zona húmida do litoral francês mediterrânico. Agricultura, indústria salineira e criação de gado bovino, incluindo touros bravos, são as principais actividades económicas tradicionais, com o turismo a crescer como nova forma de explorar o território. Na zona central do Parque fica uma área de Reserva Natural Nacional, onde apenas são permitidas as actividades científicas e as visitas em certos pontos acessíveis e perfeitamente definidos.
10. A programação do ecomuseu fazia-se acompanhar de estudos e investigação, tendo sido realizado um Estudo de Geografia Humana e Etnografia por uma equipa da Fac. de Letras da Univ.de Lisboa, chefiada pelo Prof. Viegas Guerreiro.
11. PESSOA, Fernando, “Utilizar hoje a ecomuseologia”, in “Actas das X Jornadas da Função Social do Museu” cuja temática era Ecomuseologia como forma de Desenvolvimento Integrado, Póvoa do Lanhoso, 1998.
12. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Um contributo para a divulgação do pensamento museológico português”, in “Prefácio”, de “*Reflexões sobre ecomuseologia*” de F. Pessoa, ed. Afrontamento, pag.9

Observação:

Sobre o projecto do Ecomuseu da Serra da Estrela, por incrível que apareça, não existe documentação disponível no ICN (com excepção do processo administrativo de aquisição de imóveis). Para a realização deste capítulo do trabalho tive de cingir-me à documentação que eu própria fui recolhendo em fotocópias, enquanto durou o projecto; também em documentos, poucos, que me cedeu Rivière e alguns artigos publicados na imprensa da época por Fernando Pessoa; as fotografias remontam também à época em que decorreu esta experiência museológica.

Assim justifica-se o deficiente estado de conservação e de legibilidade de alguns documentos inseridos nos Anexos.

**3 – EVOLUÇÃO ADAPTAÇÃO DA ECOMUSEOLOGIA ÀS
ÁREAS PROTEGIDAS**

“Museologia de interpretação de paisagem”

3 – Evolução e adaptação da Ecomuseologia às Áreas Protegidas

“Museologia de interpretação de paisagem”

3.1. – Breve abordagem à museologia nas áreas protegidas

Em finais da década de oitenta, após a substituição do SNPRPP pelo SNPRCN, apesar da vertente conservacionista começar a sobrepor-se aos outros objectivos programáticos do Serviço de Parques, perdendo importância o sector cultural, verifica-se contudo alguma preocupação por parte dos directores das APs pela preservação do património cultural, mas que se revela essencialmente na recuperação do património edificado.

Para tal contribuiu a opção da Presidência, já que uma das linhas estratégicas de gestão do SNPRCN, se centrava no apoio ao desenvolvimento local social e económico, como forma de consciencializar e captar as populações das APs para a problemática da Conservação da Natureza, e assim envolvê-las na defesa dos valores naturais e culturais a que por regra não seriam muito sensíveis. As actividades económicas tradicionais são responsáveis pelo valor do património natural e cultural, daí a importância em as apoiar e renovar.

Mas deve reconhecer-se que o incremento dado à cultura local foi mais como um meio do que como um fim ou uma convicção em si mesmo.

O período decorrido entre os anos 1985 e 1990, corresponde a um período de grande dinamismo e entusiasmo no Serviço, a que não foi alheia a vontade política em dotar o Serviço de meios financeiros e recursos humanos adequados aos objectivos a desenvolver. (O ano de 1987 fora proclamado pelo Conselho da Europa como Ano Europeu do Ambiente, tendo por objectivo criar uma sensibilização das populações para as questões ambientais).

Formaram-se equipas técnicas com especialistas nas diversas disciplinas, o que permitiu um trabalho interdisciplinar com resultados positivos; mas à museologia não foi reconhecida grande relevância.

Mesmo assim o quadro legislativo apontava para intervenções culturais nas APs, relacionadas com a sensibilização sobre a problemática da Conservação da Natureza e do Património. O Decreto Regulamentar nº 3/86 de 8 de Janeiro criou na estrutura orgânica do SNPRCN uma Direcção de Serviços de Interpretação, Informação e Educação Ambiental, a nível central, que entre outras incumbências, deveria promover ou apoiar as APs na criação de centros de interpretação, museus, exposições e percursos da Natureza.

Mais por iniciativa de alguns técnicos vocacionados para os aspectos culturais, e também de alguns dirigentes, foram surgindo algumas intervenções de carácter museológico

no Parque Nacional da Peneda - Gerês, nos Parques Naturais do Alvão, da Arrábida, da Serra d'Aires e Candeeiros e da Ria Formosa, e nas Reservas do Estuário do Tejo e do Sado, para citar apenas as mais significativas.

Mas as intervenções ou mesmo as propostas museológicas, correspondem a uma diversidade de tipologias, muitas vezes erroneamente usadas como por exemplo pólo ecomuseológico (1) ou ecomuseu, quando não passam de pequenas exposições em edifícios recuperados e cujos conteúdos são maioritariamente etnográficos.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, sendo o parque que tem suscitado maior interesse científico, pela raridade da sua fauna e flora e pelo carácter primitivo de algumas das suas paisagens, sempre desenvolveu uma intensa actividade no estudo, preservação e divulgação do seu património cultural; se inicialmente, e de acordo com a filosofia subjacente ao seu estatuto de Parque Nacional, essa actividade era desenvolvida à margem dos interesses das populações; com a integração deste Parque no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza – SNPRCN, a actuação passou a ser outra. Desenvolveu uma filosofia mais interventiva e participativa ao lado das populações chegando mesmo a estar previsto um ecomuseu na zona do Barroso (1993). Para este projecto do ecomuseu do Barroso foi realizado um programa (anexo III) e para maior incentivo da população e autarquia com vista à sua rentabilização foi mesmo sugerida a aplicação do conceito de economuseu (2).

Neste parque foram criadas as seguintes unidades museológicas:

- Núcleo museológico da Ermida – que resultou do interesse manifestado pela população para que a estátua menir conhecida por “Pedra dos Namorados”, de especial significado nessa aldeia, onde foi encontrada, e a ela regressasse (havia sido levada para o M. Nacional de Arqueologia).
- Núcleo museológico de S. Miguel -entre -Ambos os Rios – numa antiga casa florestal, adquirida pelo parque, foi instalada uma exposição de carácter etnográfico com todas as peças antigas cedidas pela população.
- No castelo do Lindoso, importante legado histórico e arquitectónico foi instalada uma exposição interpretativa sobre o castelo (actualmente encontra-se em fase de remodelação).
- Como exemplo significativo de museu de sítio, é digna de referência a musealização da Geira Romana, nome popular por que é conhecida a antiga estrada integrada na complexa rede viária do império romano e que possui a maior quantidade de marcos miliários do mundo romano.

O Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, que faz parte do maciço calcário estremenho, apresenta características geológicas, espeleológicas e paleontológicas de grande relevância. As intervenções museológicas, estruturam-se numa rede interligada e constituída por museus de sítio e percursos interpretativos devidamente sinalizados. Estes sítios são de natureza espeleológica e paleontológica e geológica:

- As grutas do Pena e do Almonda
- O geomonumento das pegadas de dinossáurio
- Valorização das salinas de sal-gema em Rio Maior

No Parque natural da Arrábida como unidade museal de maior significado menciona-se o Museu Oceanográfico instalado no Forte de St.^a Maria junto ao portinho da Arrábida. Embora de grande interesse científico o seu conteúdo, ligado à oceanografia, não se enquadra nos conceitos da nova museologia.

No Parque Natural da Ria Formosa houve várias intervenções no património edificado e arqueológico manifestando sempre uma preocupação museológica no sentido da sua valorização e divulgação. A iniciativa de maior significado foi contudo a aquisição da Quinta de Marim onde se instalou um centro de educação ambiental do qual se dará maior desenvolvimento em capítulo próprio neste trabalho.

Nas reservas naturais também se verificaram algumas intervenções museológicas; a Reserva Natural do Estuário do Sado recuperou o moinho de maré das Mouriscas onde instalou um pequeno centro interpretativo; valorizou sob o ponto de vista museológico a aldeia e o porto palafítico da Carrasqueira. Trata-se de um processo de musealização do território. Estes são alguns dos exemplos mais significativos de intervenção museológica nas áreas protegidas aos quais não foi dado o acompanhamento que se impunha.

3.2. – Proposta de Programa Museológico na rede nacional de APs

A par da elaboração dos princípios legislativos do que viria a ser a Rede Nacional de APs (Decreto lei nº19/93), esboça-se a necessidade de implantação de um Sistema Museológico visando uma maior coerência e dinamização da museologia nas Áreas Protegidas. Foi nesse contexto que por solicitação do Presidente já então do ICN, foi atribuída ao Arq.º Fernando Pessoa a incumbência de elaborar um programa museológico para a Rede Nacional de APs, atendendo ao seu profundo conhecimento do território português e particularmente dos Parques e Reservas, e por ter revelado sempre um forte empenhamento na divulgação da museologia como factor de integração social e de valorização da cultura local.

A paisagem como valor histórico, cultural e estético sempre foi objecto de reflexão, estudo e defesa por parte daquele técnico, e que nos conceitos da ecomuseologia, tal como os aprendeu directamente de Georges Henri Rivièrre, reconheceu o complemento que permitiria impulsionar a política de parques naturais, articulando a Conservação da Natureza com a Cultura e a vida das populações.

Em 1987, em comunicação apresentada durante o 1º Congresso das Áreas Protegidas afirma: *“Os Parques Naturais, porque são criados nas áreas mais notáveis, devem actuar com eficácia e serem eles os instrumentos de dinamização económica e cultural das populações, com vista à conservação da Natureza, daquela Natureza que ali existe e não da outra ideal que não existe desde há séculos naquelas paragens...A dignificação da cultura popular encarada também, não como folclore para mostrar aos turistas mas como o assumir dos valores próprios, cimentados em séculos de vida comunitária, é outro aspecto indispensável da acção dos Parques Naturais junto das populações, para que elas continuem a labutar a terra sem a destruir, nem cortar os laços que as ligam à Natureza.*

O assumir pelas populações do seu património natural e cultural pressupõe o conhecimento desse património que por ter sido tantas vezes ridicularizado e menosprezado face aos valores da cultura industrializada da sociedade urbana, se tornou aos olhos dessas populações como insignificante. Ora, um dos instrumentos de reencontro das gentes com a sua cultura, a sua história e a sua terra é o ecomuseu...O ecomuseu adaptado a Portugal, será um poderoso auxiliar dos Parques Naturais, uma estrutura de animação cultural, muito mais que um museu. Será, como dizia Rivièrre um espelho onde a população se reveja! Foi ele também, quem disse que em Portugal o ecomuseu não precisa de ser inventado, ele existe à espera que o organizem”. (3)

Por essa razão tornou-se um acérrimo defensor, ao longo dos anos, da ecomuseologia ligado às APs, persistindo em defender que “ o ecomuseu procura preservar, interpretar e

divulgar a génese e a evolução das paisagens em que dada população tem a sua história: as etapas originais da fixação e colonização do território, o uso que foi sendo feito dos recursos naturais. Isto vai dar a conhecer as verdadeiras raízes da população e ensina como o desenvolvimento regional se processou ao longo dos séculos”.

Partindo destas considerações, mas reconhecendo que actualmente o processo de participação activa das populações em iniciativas museológicas é pouco convincente e problemático, não correspondendo já, na maioria dos casos, ao conceito de Rivière e sintetizado na afirmação de Hugues de Varine “o ecomuseu é a própria população”, Fernando Pessoa apresentou em 1994 uma proposta coerente de projectos museológicos adaptados às características particulares de cada Área Protegida, que designou por “Sistema Museológico para as Áreas Protegidas do ICN” tendo como subtítulo uma nova terminologia que então propunha: “Museologia da Interpretação da Paisagem” (4).

Sob o ponto de vista conceptual vinha no seguimento dos conceitos evolutivos da ecomuseologia, tal como defendia Rivière, mas reconhece “*O tempo dos ecomuseus no sentido de obras vivas e de permanente convivência entre as populações e os locais onde se preserva e interpreta o património, já passou*”, acrescentando mais à frente: “*Perderam-se algumas oportunidades por desinteresse de quem devia tomar decisões, como foi o caso do P N Serra da Estrela, que recebera por duas vezes a vista do próprio Rivière e onde era possível, há quinze anos atrás, criar o Ecomuseu, aproveitando a dinâmica de uma equipa de animação cultural que então trabalhava junto das populações com grande empenhamento, e a participação das populações das aldeias do parque que acreditaram nas promessas que lhes eram feitas.*” (5).

O reconhecimento do processo evolutivo da Ecomuseologia para o conceito de Museologia de Interpretação da Paisagem, como a mais adequada às Áreas Protegidas, não invalida o autor de propor ainda assim a criação de ecomuseus, porque ocupavam zonas de homogeneidade cultural onde a intervenção das populações se fazia ainda sentir, como era o caso do Ecomuseu do Barroso, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, e do Ecomuseu do Alvão, no Parque Natural do mesmo nome, “*o único onde se afigura dever manter-se aquele termo*”, isto porque, como constatava, “*o Parque tem desenvolvido uma inteligente acção de convivência com as aldeias, estimulando as actividades tradicionais que são fundamentais para concretizar a cultura e os usos de cada uma, e tem conseguido não só a revitalização económica das actividades que já foram importantes, como a do linho, como também a dinamização das pessoas à volta dos seus hábitos tradicionais*” (6).

A confirmar esta opinião emitida sobre o Parque Natural do Alvão vale a pena referir um artigo, incluído nos Anexos (anexo IV), do, na altura, seu Director Arq^o Robert Moura, e publicado no Boletim Informativo do Parque; nele é manifesto um apoio convicto aos conceitos da Ecomuseologia, o que contrasta com a quase totalidade dos outros directores de Áreas Protegidas que ou não tinham opinião ou propunham soluções “originais” para as suas Áreas Protegidas.



Painel informativo do Núcleo do Arnal

O Ecomuseu do Alvão (7) teria o Museu do Tempo no edifício da sede do Parque, em Vila Real, onde se dirigem as pessoas que procuram informações; aí seria dada a conhecer a evolução do território e da vida nas montanhas, e teria o Museu do Espaço com pólos disseminados pela área classificada, onde aldeias como Arnal, Ermelo, Lamas de Olo ou Fervença constituem, hoje cada vez menos, (ver caixa) autênticas relíquias do património genuíno daquela região, onde aliás já tinha havido, da parte do Parque, intervenções

cuidadas sob o ponto de vista arquitectónico e museológico. Neste aspecto convém realçar a reconstrução e reorganização do espaço interior, de uma casa tradicional em Arnal, pequena aldeia encravada na “catedral do granito”, onde foi instalado o Núcleo de Técnicas Tradicionais do Arnal.



Casa de Arnal onde foi instalado o Núcleo de Técnicas Tradicionais

O Núcleo tem funções polivalentes: centro de convívio, salas de exposição, interpretação, dinamização de técnicas tradicionais e ainda venda de artesanato. Trata-se de uma casa com dois pisos, tendo o parque instalado no inferior uma sala destinada à interpretação da agricultura e pecuária, denominada casa do lagar, pois manteve um antigo lagar aí existente, a que juntou objectos usados para fazer o vinho e ainda algumas alaias agrícolas. Esta sala dá acesso à sala de convívio para os poucos habitantes idosos da aldeia que persistem já que na aldeia nem uma taverna havia. No piso superior foi instalada uma exposição de carácter essencialmente etnográfico, mas com um critério expositivo original segundo o qual os objectos se dispunham da mesma forma e época como estavam nas casas seguindo a dinâmica de uso quotidiano e dos ciclos anuais das actividades. Assim alguns objectos estavam permanentemente à vista enquanto outros só eram expostos em determinadas épocas do ano como por exemplo os instrumentos para tratamento do linho. Procurava-se deste modo adequar a exposição à realidade; também as peças do vestuário, roupa de cama e de mesa estavam guardadas em arcas que apenas se abriam para mostrar aos visitantes.



Interior da casa do Arnal com pormenores da exposição

Antecedendo esta reconstituição de vivência numa casa rural, a existência de uma sala com painéis informativos, facilitava a compreensão do trabalho dos ofícios tradicionais – linho, tecelagem do farrapo e de lã, de croças. A venda de artesanato aparecia apenas como estímulo à produção local.

O acervo museológico adquirido por compra, mesmo que novo, por troca (do novo por velho) ou doação dos habitantes da aldeia respeita a tudo quanto serve para funcionamento de uma casa rural da zona, podendo alguns objectos ser utilizados como era o tear onde as mulheres iam tecer.



A aldeia de Ermelo

As casas no geral são ainda de paredes de xisto à vista e cobertas com lousa, com volume e beleza formal difíceis de superar, tudo isto enquadrado no arvoredado e nos campos de cultivo, com a dignidade da discricção apesar deste património

se estar a perder. Nesta aldeia o parque instalou a casa do linho pois o linho foi uma das actividades que o parque dinamizou junto da população, desde a cultura à tecelagem, os bordados e a comercialização em feiras.

A geologia não podia deixar de ter um lugar importante correspondente à importância que tem naquela paisagem imponente. Assim em Mondim de Basto, onde existe um Centro de Informação, foi organizada uma exposição permanente sobre esta temática.

Lamentavelmente o trabalho da equipa de grande mérito conduzida pela antropóloga do Parque, Dr.^a Luísa Moura, que faz do seu trabalho uma missão, apresenta-se agora num estado de quase abandono, com as instalações encerradas e perdido todo o trabalho de animação junto das populações, com as consequências negativas que isso tem nas pessoas, nos visitantes, na missão de salvaguarda do património e na própria imagem do Parque Natural. O desencanto da equipa técnica também já se faz sentir. O parque editava regularmente (como fazem todos os parques naturais em todos os países da Europa) um Boletim Informativo designado “ERICA – ou as urzes da nossa terra”, onde além de artigos de opinião, dava a conhecer as acções levadas a efeito, os estudos e outras actividades aí desenvolvidas.

Tudo isto é apenas mais um retrato da situação actual das Áreas Protegidas em Portugal.

“O urbanismo e a arquitectura rurais

As aldeias do Parque Natural do Alvão, como aldeias serranas que são, têm de comum serem todas concentradas, ainda que Ermelo, a maior aldeia e a mais ligada à paisagem litoral de povoamento disperso, apresente já uma certa nuclearização, embora seja essencialmente do tipo concentrado. As aldeias situam-se sempre junto ou próximo de terrenos férteis de aluvião ou de vale, onde existe água, explorando, as aldeias mais altas, uma topografia mais aplanada do que as aldeias basais, onde o terreno se encontra armado em socalcos. Esta situação permite as vantagens da proximidade e da interajuda e, ainda, a vigilância dos terrenos privados de agricultura intensiva.

O tipo das casas é fundamentalmente o mesmo, sendo tendencialmente pequenas e com escassas aberturas, embora os materiais empregados variem. Nas aldeias de altitude, instaladas sobre afloramentos graníticos, as paredes são em granito enquanto nas aldeias de jusante as paredes são de xisto, pois a rocha-mãe é o xisto, embora rematadas com granito nos cunhais e padieiras, nas casas dos proprietários mais abastados. Em ambos os casos raramente se usam rebocos. Também as coberturas tinham diferenças: nas aldeias de plena serra usava-se o colmo de centeio mas nas aldeias do vale, este foi substituído por lajes de ardósia quando a estrada de ligação, Mondim de Basto/Vila Real, na primeira metade deste século passou pelas pedreiras de lousa de Pardelhas. É claro que o peso das lajes obrigou ao reforço estrutural dos telhados mas eliminou a manutenção aturada e exigida pelo colmo.

Tudo isto, contudo, mudou ou está em rápido processo de mudança. As casas que, antigamente, tinham o seu fogo na cozinha (dadas as temperaturas rigorosas e a necessidade de cura do fumeiro). Adoptaram crescentemente os padrões individualistas actuais (maior compartimentação) e as respectivas estruturas de higiene (casas de banho), sempre que a exiguidade do espaço disponível o permitiu. O gado também foi separado dos baixos da habitação, agora usados para acolher o tractor e/ou o automóvel. As paredes exteriores passaram a ser rebocadas e a aparecer pintura, nem sempre de bom gosto. Materiais vindos do exterior vieram somar-se aos materiais locais, muitas vezes preteridos com símbolos de pobreza extrema de outros tempos. Casas pequenas foram abandonadas como habitações e transformadas em palheiros ou arrecadações agrícolas e os proprietários, com os dinheiros da emigração, construíram vivendas na periferia das aldeias, vivendas que, pela volumetria e ostentação não se harmonizam. Estas aldeias, que, pela sua beleza e singularidade poderiam ser focos de rendimento como pólos de atracção de um turismo ecológico, encontram-se, assim, em processo implacável de adulteração que nada parece poder deter enquanto os seus habitantes não despertarem para o seu real valor e deixarem de fazer parte do problema e começarem a fazer parte da solução.”

Robert Manners Moura in “O Parque Natural do Alvão entre o Homem e a Natureza” 2001



O Ecomuseu do Barroso devia abranger “...*todo o território do concelho de Montalegre integrado no Parque Nacional da Peneda-Gerês, alargando-se o seu âmbito pelo menos à região entre a fronteira galaico-portuguesa e o rio Cávado.*”

Este território não cobre a totalidade histórica da Terra do Barroso mas abrange certamente algumas das suas mais características sub-regiões naturais” escreveu no Jornal “O Povo de Barroso”, de 31 de Agosto em 1999, António M. Baptista, arqueólogo do Parque e grande impulsionador na implantação do projecto do Ecomuseu .

Mas o conceito de ecomuseu não vingou e viria a ser integrado no novo conceito de Museologia de Interpretação da Paisagem, da proposta do Sistema Museológico das Áreas Protegidas.

O projecto então proposto “Museu de Interpretação das Terras de Barroso” teve a receptividade do director na altura, que logo disponibilizou dois técnicos com formação em museologia, e que desde há anos vinham desenvolvendo trabalhos no campo da arqueologia, recuperação do património edificado e realização de várias estruturas museológicas, distribuídas pela área do Parque, mas sem a articulação de um “museu” de conjunto.

Também a Câmara Municipal de Montalegre aderiu ao projecto, disponibilizando um importante conjunto de construções rurais muito antigas, em Travassos do Rio, que haviam sido adquiridas para a instalação do museu.

Tal como estava previsto para o ecomuseu, o Museu do Tempo contaria a história da região, recorrendo a documentos, objectos, utensílios, “*tudo o que for significativo para dar a conhecer a evolução do território*”. Embora recorrendo a meios audiovisuais, seria sempre aqui a parte mais convencional em termos museográficos.

No Museu do Espaço “*as aldeias do barroso são elas próprias partes do museu – Travassos, Paredes, Tourém, núcleo antigo de Pitões das Júnias, - pelos seus traçados arquitectónicos, pelas actividades ligadas à agro-pastorícia e pelos testemunhos de antigas vivências do comunitarismo, como sejam o forno, o moinho ou mesmo a corte do boi do povo, ainda hoje usados*” reconhece Fernando Pessoa.

A maior parte destes valores patrimoniais tinham sido objecto de restauro e diversas beneficiações pelo Parque Nacional, como foi o caso do engenho hidráulico da aldeia de Paredes do Rio, adquirido pelo Parque em 1987 ao seu proprietário “*ao longo de muitas horas de tertúlia a que processos deste tipo obrigam, o Sr. Gil apercebeu-se do valor que aquela estrutura tinha em termos sócio-culturais*”, escreveu J. Curado, técnico do parque. De facto o imóvel compreende no seu interior uma estrutura algo singular – um pisão, uma serra hidráulica, um moinho e um gerador eléctrico de 110 volts.



Diversas estruturas do engenho hidráulico

Mais do que fazer a musealização, com todo o grafismo aliciante de forma a atrair o visitante temporário, procurou - se envolver a população num projecto de revitalização sócio-económica, entre outros aspectos com a finalidade de reabilitação de técnicas e fabricos tradicionais.

Mas a população não participou como se esperava, o que aliás aconteceu noutros locais, o que de facto não permitia concretizar o essencial do conceito do ecomuseu.

Embora não havendo uma musealização a existência de um painel informativo ajuda a compreensão do funcionamento do engenho.



Edifício onde funciona o engenho e painel informativo

Se inicialmente a Presidência do ICN apoiou o projecto, viria posteriormente a desinteressar-se, até que a sucessora nesse cargo, Arq.^a Tereza Andresen o suspendeu, pois no seu entender o ICN devia apenas ocupar-se da Conservação da Natureza.

O projecto viria a ser retomado pela Autarquia, a qual aceitou por preço exorbitante uma proposta apresentada pela empresa Quatenaire, projecto decalcado nas suas principais linhas do que havia sido apresentado pelo Arq.^o Fernando Pessoa, e que estava disponível sem custos.

O Programa Museológico para as Áreas Protegidas do ICN está publicado, embora de forma sintética. Assim não faz sentido descrever e comentar todas as propostas apresentadas para as diversas APs, que não é o objectivo do presente trabalho; contudo a atenção dispensada ao museu para o Barroso justifica-se porque exemplifica melhor do que qualquer outro toda a filosofia subjacente à “Museologia de Interpretação da Paisagem” e porque mantém plena actualidade. Em anexo (anexo V) segue o projecto tal como foi apresentado à Presidência do ICN em 1993.

Para o Prof. Henrique Coutinho Gouveia a museologia de interpretação da paisagem é uma concepção com acentuada originalidade e maior amplitude que a de ecomuseu. “*A opção por uma nova museologia de interpretação da paisagem, noção de sentido mais abrangente*”

do que a de ecomuseu, seria motivada pelas dificuldades de aplicação nas áreas protegidas portuguesas de um modelo museológico em que a participação constante das populações na sua organização e funcionamento pudesse permanecer com característica fundamental. Ora os atrasos ocorridos pelo facto de as propostas de intervenção apresentadas inicialmente não terem tido o devido eco no plano institucional implicavam que o sistema museológico a criar pelo Instituto de Conservação da Natureza passasse a basear-se numa dualidade conceptual.” (8)

No decorrer XV Jornadas sobre a Função Social do Museu, realizadas em Santiago do Cacém, 2003, Pierre Mayrand, museólogo da Universidade de Montreal e dinamizador da ecomuseologia no Québec, escreveu uma nota a F. Pessoa, quando este justificava a sua proposta de “museus de interpretação da paisagem” dizendo que estes se podem considerar **ecomuseus de 4ª geração**.

A proposta do Sistema Museológico não teve seguimento, por falta de receptividade da maioria dos dirigentes como pela oposição de alguns “*intelectuais de cultura livresca*” escreveu F. Pessoa, para mais adiante manifestar a sua convicção: “*continuo convencido de que os Parques Naturais poderiam ter constituído uma rede extraordinária de museus regionais, dispondo de um património que se perdeu em muitos casos e que poderia espelhar de forma exemplar a interligação do natural com o cultural, preservando-o para a posteridade*”.

Temos que reconhecer que era uma tarefa arrojada, ultrapassando a capacidade cultural do ICN e em especial de alguns dos seus dirigentes; só um empenhamento convicto da Presidência, que nunca existiu, o poderia ter levado à prática.

Foi o mesmo Presidente do ICN que solicitou e aprovou o plano do Sistema Museológico, sobre o qual despachou para os directores das APs “*no sentido de ser levado à prática um efectivo Sistema de Museologia e Interpretação os quais continuam a assumir carácter prioritário para o ICN para execução no âmbito do QCA*” (9), que em declarações incluídas numa Tese de Dissertação de Mestrado (10) em 1999, depois de tecer algumas considerações sobre património natural e cultural, afirma: “*...não entendo nem subscrevo o conceito de museologia das APs, mas sim a evidenciação, interpretação e divulgação dos valores de património material e imaterial e da respectiva evolução histórica que caracteriza actualmente as APs*”. E ainda justificou o facto de não ter feito avançar o plano museológico com o desinteresse dos directores das APs.

A Presidente que se seguiu, por estranho que pareça embora sendo arquitecta paisagista e considerada pessoa culta, também não compreendeu a mensagem da “Museologia de Interpretação da Paisagem”, além de confundir os conceitos, na sua opinião “*As APs são um museu, portanto nós temos 7% de território em museu...*”; “*... A museologia tem o seu espaço nas APs, ela está nos Centros de Interpretação*”. É o conceito oposto de Fernando Pessoa “*eu sei que há quem defenda que os parques naturais são museu, eu não concordo; são locais privilegiados para criar espaços museais no espírito da ecomuseologia, são espaços onde se deseja que o desenvolvimento se processe em termos culturais e qualitativos excepcionais.*” (11).

De facto os parques naturais são, ou pelo menos deveriam ser, territórios votados ao desenvolvimento sócio-económico, às transformações tecnológicas e culturais de certa forma interiorizadas com as vivências tradicionais. Assim as pessoas que vivem nos parques não são objectos de museu ainda que devam ser consideradas como património fundamental de um parque.

Um parque nacional no sentido apropriado do termo, ou uma reserva integral, cuja função é essencialmente a conservação da natureza, deixando que a sua evolução se processe sem a intervenção do Homem, poderiam ser considerados como museus.

Este Plano Museológico para as Áreas Protegidas seria apenas um ponto de partida para discussão, revisão, avaliação e posterior programação do que deveriam ser os procedimentos metodológicos para a museologia nas APs; pretendia-se apenas uma coerência nas acções a empreender em função das condições particulares de cada AP. O plano permitia uma grande flexibilidade e criatividade, sempre numa perspectiva interdisciplinar integrando Ciências do Homem e Ciência da Natureza. O desinteresse por este plano deu origem a uma profusão de intervenções museológicas e confusão de terminologia desde museus, ecomuseus, pólos ecomuseológicos, sítios museológicos, etc., a maior parte das vezes não correspondendo senão a um amontoado de peças de etnografia sem cuidado expositivo, ou seja sem obedecer a conceitos museográficos.

Apenas o Parque Natural da Serra da Estrela aproveitando o conceito museológico de interpretação da paisagem e algum do trabalho realizado anteriormente na implementação do ecomuseu, instalou no sítio da Torre um Centro de Interpretação para o qual foi elaborado um plano de interpretação do parque, equivalente ao Museu do Tempo, remetendo o visitante para os diversos patrimónios disseminados pelo seu território.

As desastrosas Presidências que se seguiram e a actual incapacidade financeira, associando asneiras de gestão com falta de convicção e de conhecimentos, não auguram nenhum futuro minimamente sorridente para as APs, estando mesmo em causa a sobrevivência das áreas classificadas. Museologia, então, nem pensar.

NOTAS

1. No Plano Nacional de Turismo da Natureza aparece a designação de “pólo ecomuseológico”. Quanto à designação de ecomuseu do Moinho de Vento de S.João das Lampas, no Parque Natural de Sintra – Cascais, apenas existe a sua recuperação, com o moleiro que assegura o seu funcionamento, pelo que seria o núcleo de um ecomuseu, caso este se criasse.
2. Economuseu foi um conceito museológico surgido nos anos 80 no Québec. Canadá, e corresponde a uma museologia inovadora no que respeita à administração do museu que é autogestionária, propondo a obtenção de lucros financeiros. A divulgação desta noção de economuseu no ICN fez-se pela difusão de um relatório técnico resultante de um estágio em museologia que realizei nesse país.
3. Esta comunicação foi publicada na Revista *Correio da Natureza*, nº 2. 1988, com o título “Os Parques Naturais e o Renascimento da Vida Rural”.
4. Este conceito foi apresentado publicamente pela primeira vez nas X Jornadas sobre a Função Social do Museu, subordinadas ao tema geral “Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado” com o título “Utilizar hoje a ecomuseologia”, publicado em Actas dessas Jornadas, edit. Pela C.M. Póvoa do Lanhoso/MINOM, 1998.
5. PESSOA, Fernando, “Reflexões sobre ecomuseologia”, Ed. Afrontamento, col. “Viver é preciso” Porto 2001.
6. Idem
7. No dia 17 de Fevereiro de 2003 foi inaugurado na sede do Parque, onde funciona também o Centro de Informação e Interpretação, uma exposição constituída por painéis, com textos e imagens de grande formato, com modernos sistemas videográficos e recurso à informática.
8. in “Prefácio” de “Reflexões sobre Ecomuseologia”, de Fernando Pessoa, ed. Afrontamento, 2001
9. Despacho aposto no documento apresentado com a proposta de “Programa Museológico para o Sistema Nacional de Áreas Protegidas”.
10. GONÇALVES, Ana Xavier, *Museologia em Áreas Protegidas*, dissertação de Mestrado apresentado à Fac. de Ciências Humanas e Sociais, Univ. Nova de Lisboa, Fev. 1998 (policopiado) (Anexos p. 36).
11. Idem, p. 22.

**4 – A MUSEOLOGIA NAS ÁREAS PROTEGIDAS NO
ALGARVE**

4 – A Museologia nas Áreas Protegidas no Algarve

4.1. – Conceito de rede ecológica no Algarve

O Algarve constitui uma região que, pelas suas características geomorfológicas, se diferencia das demais áreas regionais portuguesas, sendo a mais caracteristicamente mediterrânica; podemos distinguir nela três sub regiões: a serra, o barrocal e o litoral.

O litoral do Algarve ainda em meados da década de setenta possuía um assinalável conjunto de zonas húmidas e outras áreas em bom estado de conservação, que urgia salvaguardar através de legislação adequada, como áreas protegidas.

Era importante assegurar a conservação da integridade ecológica (estrutura, funcionamento e dinâmica) em especial das zonas húmidas mais ameaçadas pela expansão do turismo que começava a revelar avidez preocupante por todos os espaços ainda naturalizados; propunha-se um uso racional dos seus recursos, gerindo-os de forma sustentável, compatível com algum uso controlado e de baixa intensidade.

A criação dum Parque Natural Algarvio justificava-se pelo interesse e singularidade que representavam no contexto europeu e mundial as zonas húmidas estuarinas e lagunares, num, litoral que embora banhado pelo Atlântico apresentava características nitidamente mediterrânicas. Embora nunca chegasse a ter expressão legal, o esquema do parque esteve preparado em Faro e na sede do então Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, tinha uma organização descontínua geograficamente e compreendia as seguintes áreas, à data já conhecidas como de importância relevante:

- os sapais de Castro Marim, que já eram Reserva Natural;
- a Ria Formosa, que estava na altura a ser estudada como Reserva Natural;
- a Ria de Alvor;
- o estuário do Arade;
- o paul de Budens;
- a chamada costa vicentina, em especial a Ponta de Sagres;
- algumas áreas de falésias do oeste atlântico;
- a Ponta da Piedade;
- alguns sítios do barrocal, como a Rocha da Pena, a Fonte Filipe e a Fonte Benémola;
- Serra de Monchique;
- toda a zona de influência do Guadiana

Este conjunto de áreas seria representativo de uma região bio-geográfica diversificada, que incluía zonas húmidas lagunares e estuarinas, falésias, praias e dunas, e zonas húmidas de água doce “...constituiriam as primeiras malhas de uma Rede Regional de Conservação às quais se viriam a juntar eventualmente outras áreas de reserva, paisagens protegidas ou sítios classificados, de maneira que progressivamente o Algarve visse devidamente salvaguardado o seu património natural e cultural.”. (1)

Conferir-lhes o estatuto de Reserva Natural ou outra figura de protecção das previstas na legislação existente (Decreto-lei nº 613/76 de 27 de Junho) seria a única hipótese de se proteger um património natural extenso e de se desenvolverem economicamente de forma sustentável áreas de grande interesse.

Assim já na década de setenta o Parque Natural do Algarve preconizava o conceito de rede ecológica, que haveria de se expandir vinte anos mais tarde a nível europeu sobretudo a partir da realização da Conferência de Maastrich, em 1993, onde se aprovou a iniciativa EECONET. (2)

No âmbito da região algarvia a maioria dos territórios que se pretendiam proteger apresentavam paisagens ligadas intimamente a actividades humanas seculares, paisagens que foram a origem e por sua vez o resultado de uma evolução cultural que criou e tem mantido o que hoje consideramos “habitats naturais”. Como as restantes áreas protegidas dispersas pelo país, estão associadas inexoravelmente aos usos do território, processos ecológicos e realidade sócio-económica e cultural de matriz ecológica, no qual se integram. Não se trata portanto de paisagens naturais mas sim culturais.

A própria Ria Formosa, classificada como área protegida, apesar da sua aparência natural, para manter a sua integridade ecológica tal qual a conhecemos e nos interessa manter, tem necessidade de intervenções humanas permanentes.

O reconhecimento do equilíbrio dinâmico a que está sujeito o seu frágil sistema, altera qualquer visão estática de preservar a Natureza.

Reconhece-se que a sobrevivência das populações que dependem da Ria é fundamental como realidade sócio-cultural e económica, e este facto implica a gestão racional do ecossistema lagunar.

O Parque Natural do Algarve não chegou a ser criado, por falta de conhecimento da verdadeira importância dos valores em causa, numa região do país ainda bem conservada, na época, em termos ambientais, por incompreensão do funcionamento da rede ecológica numa paisagem humanizada, por desconhecimento de que a gestão dos recursos naturais é

imprescindível para o desenvolvimento sócio-económico e o bem estar da população, por interesses especulativos, etc..

Desta ideia original do PN Algarve, que abrangia diversas áreas de interesse para a conservação da natureza apenas duas áreas foram classificadas: a Reserva Natural da Ria Formosa, hoje parque natural e a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de St.º António; posteriormente a Costa Vicentina foi classificada como Área de Paisagem Protegida incluindo o litoral alentejano hoje designado por Parque Natural da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano.

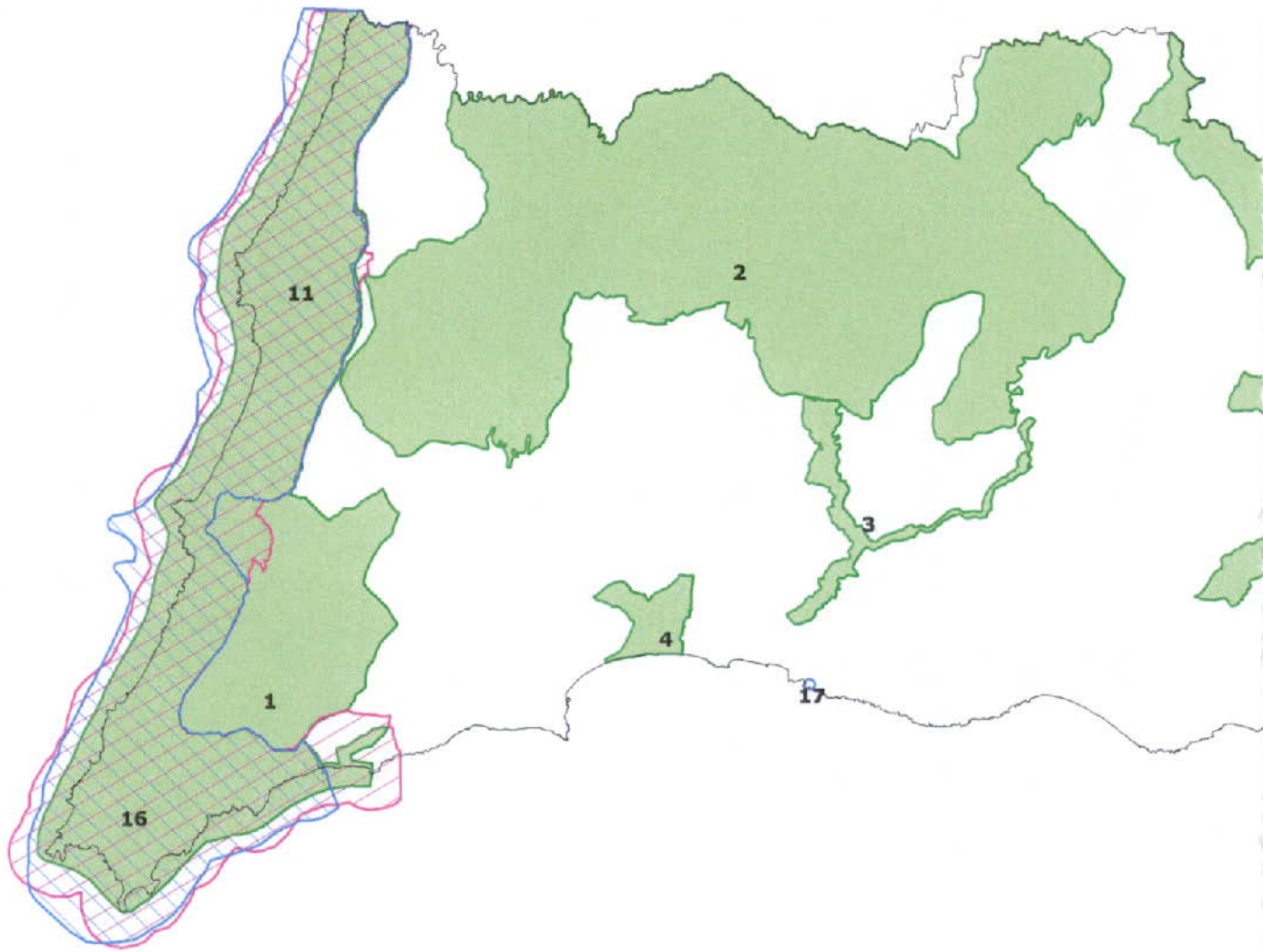
Recentemente e por imposição de directivas comunitárias (3) o Algarve além da rede de áreas protegidas – parques naturais, reservas e sítios classificados – dispõe de outras áreas incluídas na REDE NATURA 2000.

Conforme se pode observar, em mapa na página seguinte, da autoria de Ana Rodrigues, a actual rede ecológica é composta por:

2 Parques Naturais –	Parque Natural da Ria Formosa Parque Natural do Sudoeste Alentejano- Costa Vicentina
1 Reserva Natural -	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim - Vª R. Stº António
2 Sítios Classificados –	Rocha da Pena Fonte Benémola
Sítios da Rede Natura -	Serra de Monchique Serra do Caldeirão Barrocal Ribeira de Arade/ Odelouca Ribeira de Quarteira Ria de Alvor Margens do Guadiana

A existência desta rede ecológica confirma a posição defendida pelo SNPRPP em 1975 à qual não foi dado o seguimento aconselhado.

Áreas Protegidas, Sítios da Rede Nat



 Limite da Região do Algarve

 Zona de Protecção Especial de Aves

16 - Costa Sudoeste

17 - Leixão da Gaivota

18 - Ria Formosa

19 - Sapais de Castro Marim

 Áreas Protegidas

11 - Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

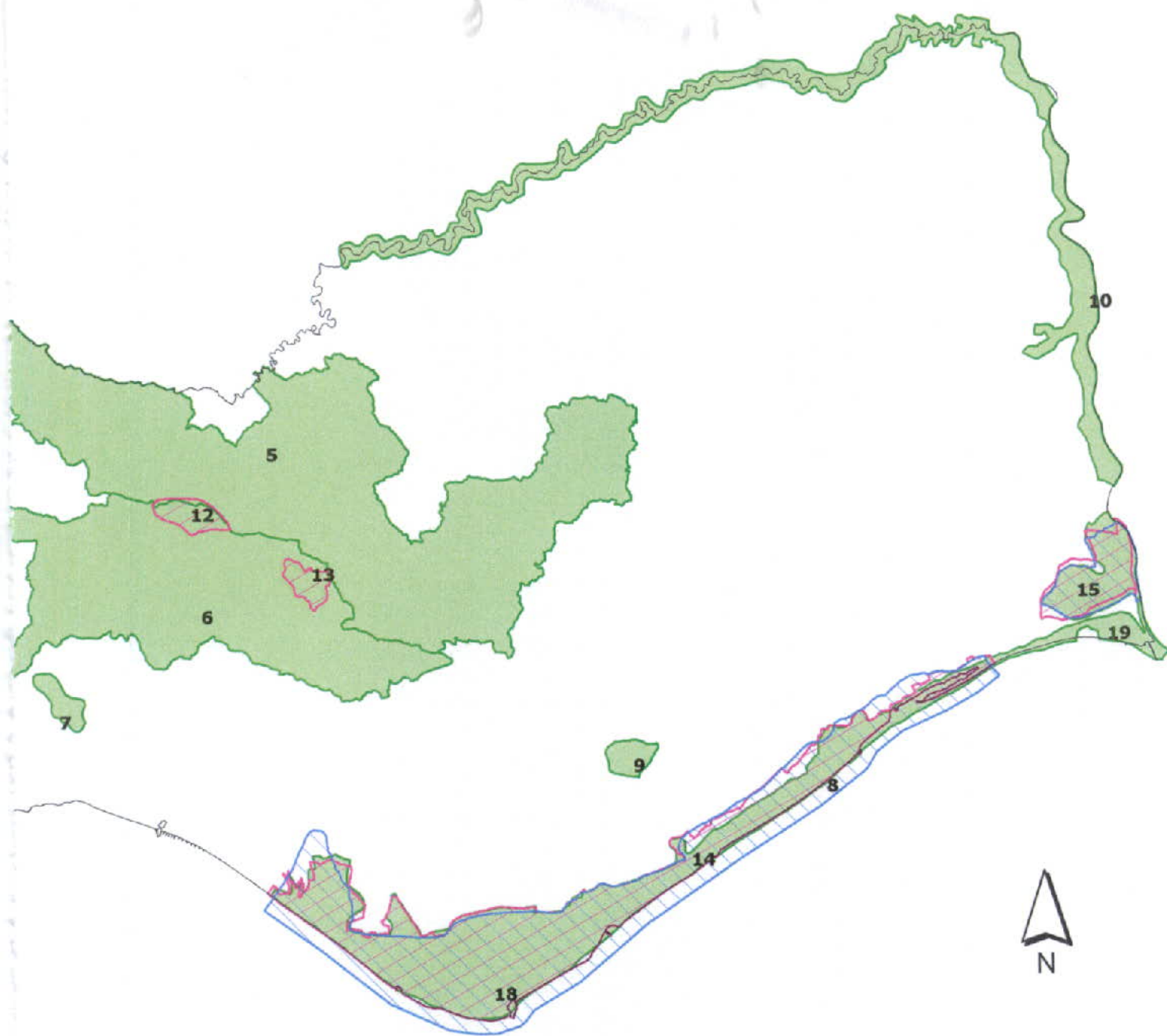
12 - Rocha da Pena

13 - Fonte Benémola

14 - Ria Formosa

15 - Sapal de Castro Marim

ura 2000 e Zonas de Protecção Especial



Sítios da Rede Natura 2000

- 1 - Costa Sudoeste
- 2 - Monchique
- 3 - Arade/Odelouca
- 4 - Ria de Alvor
- 5 - Caldeirão
- 6 - Barrocal
- 7 - Ribeira de Quarteira
- 8 - Ria Formosa/Castro Marim
- 9 - Cerro da Cabeça
- 10 - Guadiana

0 10000 m

4.2. – Descrição e avaliação de experiências museológicas em duas Áreas Protegidas no Algarve

O âmbito geográfico para uma caracterização museológica de referência dentro desta rede de APs do Algarve, será constituído pelas áreas protegidas de maior influência mútua e vínculos culturais e ambientais mais estreitos, localizadas no Sotavento algarvio:

- **Parque Natural da Ria Formosa**
- **Reserva Natural do Sapal de Castro Marim – Vila. Real Stº António.**

Estas duas áreas compartilham características comuns no âmbito territorial referido:

- Grande riqueza patrimonial quer natural quer cultural;
- Situação geográfica e situação estratégica privilegiada;
- Características dos seus sistemas ecológicos – zonas húmidas litorais;
- Actividades económicas dependentes dos sistemas marítimos e lagunares, o que lhe confere características culturais próprias;
- Riscos na evolução dos espaços naturais e rurais, os quais dependendo da região em que se encontram, são confrontados com a pressão urbana e turística e com o abandono ou reconversão para novas actividades;
- A gestão dessas duas áreas protegidas depende do mesmo director.

Estes casos constituem exemplos interessantes da variedade de alternativas que se oferecem a uma nova museologia neste caso museologia como identidade territorial.

4.2.1. - Parque Natural da Ria Formosa



Vista aérea de península de Cacela
Foto: Lúcio Alves. Arquivo do PNRF

Parque Natural da Ria Formosa

A razão principal da criação do PNRF foi a existência de um sistema lagunar de grandes dimensões, abrangendo uma área de 18.000 hectares ao longo do litoral do sotavento algarvio, numa extensão de 60 km. Estende-se desde a península do Ancão, a oeste, até Manta Rota a este, distribuindo-se por cinco concelhos: Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila R. Stº António.

Compreende uma estreita faixa terrestre e um cordão dunar litoral, quase paralelo à orla continental, que serve de protecção a uma vasta área de sapais, salinas, zonas intertidais (disputadas pelas aves que aí encontram alimento e pelo homem que aí marisqueia ou instala os seus viveiros), canais (esteiros) e ilhotas de lodo e areia.

O cordão dunar faz parte da formação das ilhas – barreira de características únicas, dada a instabilidade da sua morfologia.

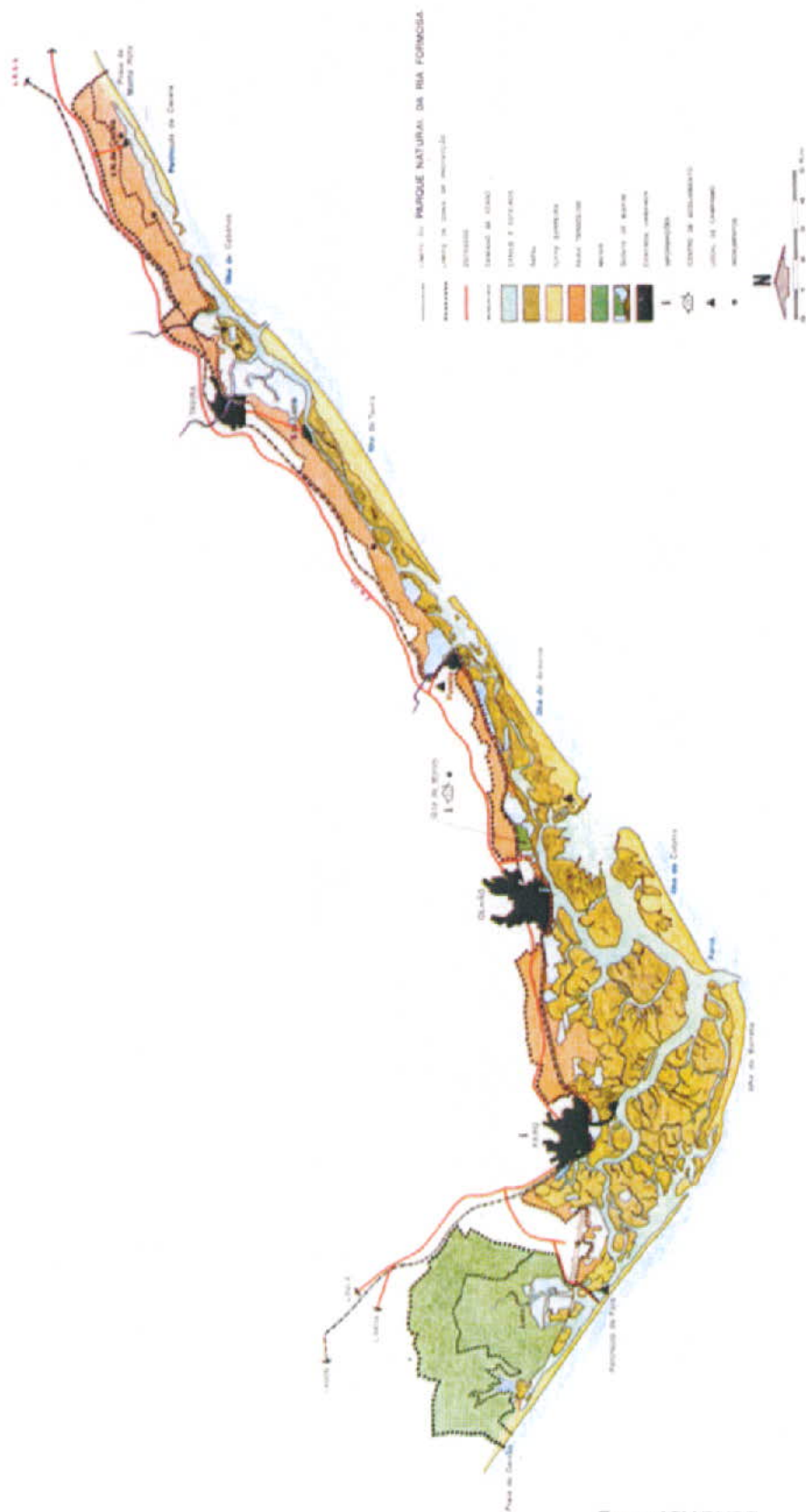
Uma comunidade biológica complexa

No complexo sistema da Ria Formosa distinguem-se zonas inter-marés que constituem os chamados parchais ou sapais altos geralmente emersos e os sapais baixos cobertos ciclicamente pelas marés. Estas grandes extensões de vaza fragmentam a laguna, dando origem a depressões onde é possível a actividade piscatória e marisqueira.

O sistema lagunar da Ria Formosa, tal como qualquer zona costeira, constitui a interface entre dois meios diferentes, o terrestre e o marinho, concentra uma grande diversidade de características naturais, a que se associa uma intensa e também diversificada ocupação humana.

Os sistemas lagunares são tidos actualmente como altamente produtivos, constatação que se sobrepôs definitivamente a antigas ideias de insalubridade e improdutividade que, em muitos casos, levaram à secagem de extensas áreas, com chegou a acontecer nas áreas de sapais de Castro Marim e da Ria de Alvor. A Ria Formosa correu também esse risco, mas a sua instituição inicial como Reserva Natural, que antecedeu a presente condição de Parque Natural impediu que tal acontecesse.

A riqueza biológica destas zonas é muito grande, constituindo os locais ideais para a reprodução e criação na fase juvenil, de inúmeras espécies marinhas. Ali se efectua a desova e o crescimento de peixes, crustáceos e moluscos, até ao momento da sua migração para as águas profundas do oceano.



Fonte: ICN/PNRF
 Autor: António Santana

Por este facto torna-se um ecossistema de grande riqueza em nutrientes não só para os peixes e invertebrados referidos, como para determinadas aves aquáticas. Este interesse é tanto maior tendo em conta que a Ria Formosa é uma zona de passagem, repouso e nidificação essencial para as migrações entre a Europa e a África. Estamos sem dúvida numa área de grande riqueza ornitológica.

Tanto sob o ponto de vista florístico como faunístico a zona lagunar é de grande importância natural e económica, sendo sobretudo notável o número e os efectivos de espécies da avifauna, algumas delas ameaçadas.

Estas características naturais e a sua situação geográfica elegeram este trecho do litoral algarvio como área de importância nacional e internacional, tendo a Ria Formosa sido incluída na lista das zonas húmidas de interesse mundial definidas pela Convenção de Ramsar, 1971 (4) e na lista das Zonas de Protecção Especial para Aves – Rede Natura. (5)

Existem dois tipos importantes de formações vegetais naturais que caracterizam os respectivos ecossistemas: **as dunas e os sapais.**

A vegetação dunar está especialmente adaptada para resistir à salinidade, ao calor, aos ventos e à secura das areias, buscando em profundidade a humidade com que sobrevive. Desempenha assim uma função crucial na fixação das areias, destacando-se neste aspecto o estorno (*Amophilla arenaria*); algumas espécies são endémicas, com é o caso da *Armeria pungens* que só se encontra no Algarve.

Relativamente à vegetação dos sapais destaca-se nas zonas baixas a presença de uma gramínea, a *Spartina marítima*, a *Salicórnica nitens* e um endemismo do Algarve, o *Limonium algarvensis*. No sapal alto, inundável mas não submerso, domina o *Limoniastrum monopetalum*, que tem uma bela floração rosa - lilás e forma grandes moitas floridas todo o Verão. Nas margens dos sapais aparece a tamargueira, *Tamarix africana*.

À diversidade de comunidades vegetais corresponde uma notável diversidade de fauna, constituindo um dos aspectos relevantes da Ria.

Mercê do reconhecimento de que se trata de uma zona de elevado valor científico, ecológico e económico, esta formação lagunar foi classificada como Reserva Natural (Decreto-lei nº 45/78 de 2 de Maio) passando a designar-se **Reserva Natural da Ria Formosa**. Esta figura de classificação, prevista como vimos no Decreto-Lei nº 613/76, implicava uma preponderância de objectivos conservacionistas com acentuadas restrições à

exploração de recursos e ao desempenho de actividades humanas. A situação que se vivia, e vive, na zona lagunar, é de exploração mais ou menos intensiva, tornando-se por este motivo inadequado o referido estatuto de Reserva Natural.

Porquê o Parque Natural da Ria Formosa

Reconhecendo as limitações a uma correcta gestão como Área Protegida e pelos conflitos provenientes de interesses antagónicos, tratando-se por outro lado de uma área com uma ocupação humana ancestral, o seu estatuto foi então alterado para o de Parque Natural, alargando os limites e conferindo-lhe um zonamento que prevê a zona de Parque e a zona de Pré-Parque, possibilitando uma maior elasticidade na gestão racional dos recursos naturais, conforme ficou consagrado no Plano de Ordenamento do Parque e no seu Regulamento. Assim, ao abrigo do Decreto-lei nº 373/87 de 9 de Dezembro, é criado o **Parque Natural da Ria Formosa**, com os seguintes objectivos:

- a. A preservação e defesa do sistema lagunar;
- b. A protecção da fauna e da flora específicas da região e das espécies migratórias e respectivos habitats;
- c. A promoção do uso ordenado do território e dos seus recursos naturais, de forma a assegurar a continuidade dos processos evolutivos;
- d. A promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da população residente de forma a que não prejudique os valores naturais e culturais da região;
- e. O ordenamento e a disciplina das actividades recreativas na região, nomeadamente no litoral, de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, semi-naturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.

A Ria Formosa é uma zona húmida que se caracteriza por um valor particular no domínio da manutenção da diversidade biológica, razão suficiente para nos preocuparmos com a sua conservação e a sua valorização enquanto peça fundamental do nosso Património.

Diversidade das actividades socio-económicas

O estatuto de Parque Natural atribuído à área protegida de que estamos tratando, substituindo a anterior categoria de Reserva Natural, visa como objectivo: “ *A gestão racional dos recursos naturais de um complexo lagunar extremamente frágil, sem depreciação das suas potencialidades ou seja, uma compatibilização ordenada entre conservação da*

Natureza, recreio e exploração de recursos naturais, conduzindo a um desenvolvimento sustentável das actividades socio-económicas ocorrentes na Ria Formosa". (6)

A Ria Formosa é palco de diversas actividades económicas, das quais se salientam as mais directamente ligadas à exploração dos recursos do sistema lagunar – pesca, piscicultura, moluscicultura, salinicultura.

As várias formas de aquicultura constituem actividades de muito valor económico, embora a sua exploração intensiva não seja permitida, dadas as graves consequências poluentes que teriam, ao contrário da sua exploração extensiva, mais próxima da Natureza.

A cultura de bivalves em viveiros é o aspecto mais significativo desta actividade, sendo a maior produção de bivalves a nível nacional.

A amêijoia, em especial a amêijoia cristã, é de excelente qualidade, sendo a maior fonte de rendimento para numerosas famílias, embora também o berbigão, a conquilha e o lingueirão sejam criados nestas águas.

Também a extracção de sal não é menos importante. As salinas da Ria são responsáveis pela maior parte da produção de sal marinho da região, e cerca de metade da produção nacional.

Hoje, a par de técnicas industriais, continua-se a produzir sal por processos tradicionais, com grande procura especialmente a “flor de sal”, produto mais raro, de excelente qualidade, que está cotado mundialmente entre os melhores, sendo um produto certificado e reconhecido internacionalmente.

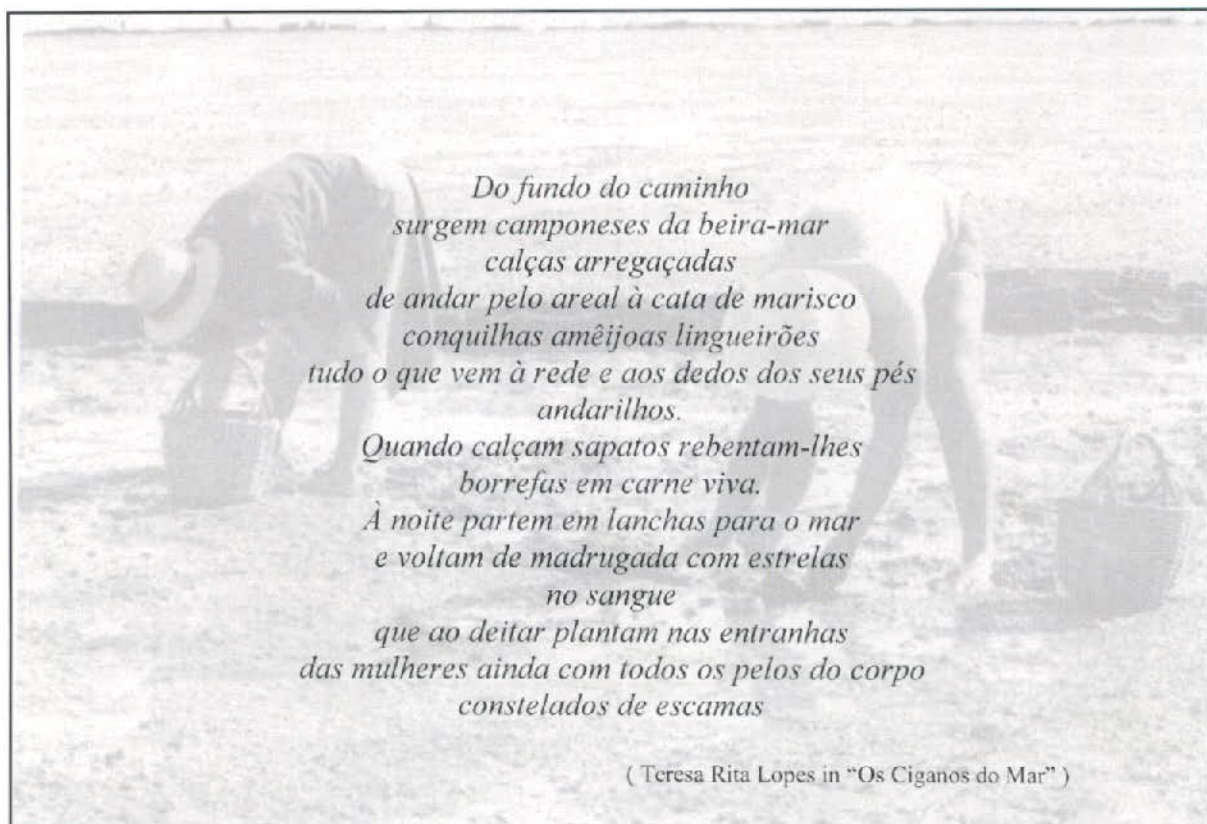
A pesca é também efectuada de forma artesanal e extensiva, envolvendo muito emprego.

A Ria Formosa constitui zona de abrigo para importantes portos de pesca, integrando três núcleos urbanos – Faro, Olhão e Tavira – e sete comunidades piscatórias – Santa Luzia, Fuzeta, Ilha da Culatra, Cacela, Fábrica, Cabanas e Ilha de Faro. Nestas povoações são desenvolvidas diversas formas tradicionais de exploração dos recursos marinhos e lagunares sem prejuízo do equilíbrio ecológico desejável para a preservação da integridade da Ria, nomeadamente a pesca do alto (pesca de arrasto e de cerco), a captura de polvo e a exploração de viveiros de bivalves.

A presença de comunidades de pescadores e de mariscadores que exploram, desde há séculos, os recursos da Ria sem a prejudicarem, tem sido afectada, nas últimas décadas, pela crescente pressão urbanística com fins turísticos. Em consequência, assiste-se a uma degradação ambiental deste frágil ecossistema, que muito se ressentem com a descarga

descontrolada de efluentes domésticos, a impermeabilização de leitos de cheia de linhas de água, a extracção de inertes para a construção, a construção ilegal nas ilhas-barreira e a contaminação dos aquíferos. Deste modo é a sobrevivência dos núcleos piscatórios e de viveiristas da Ria Formosa que está em causa.

A ocupação desordenada da orla costeira verificada nas últimas décadas, pode ter efeitos desastrosos, em resultado da enorme pressão exercida pela população e pelo crescimento urbano sobre os sistemas naturais.

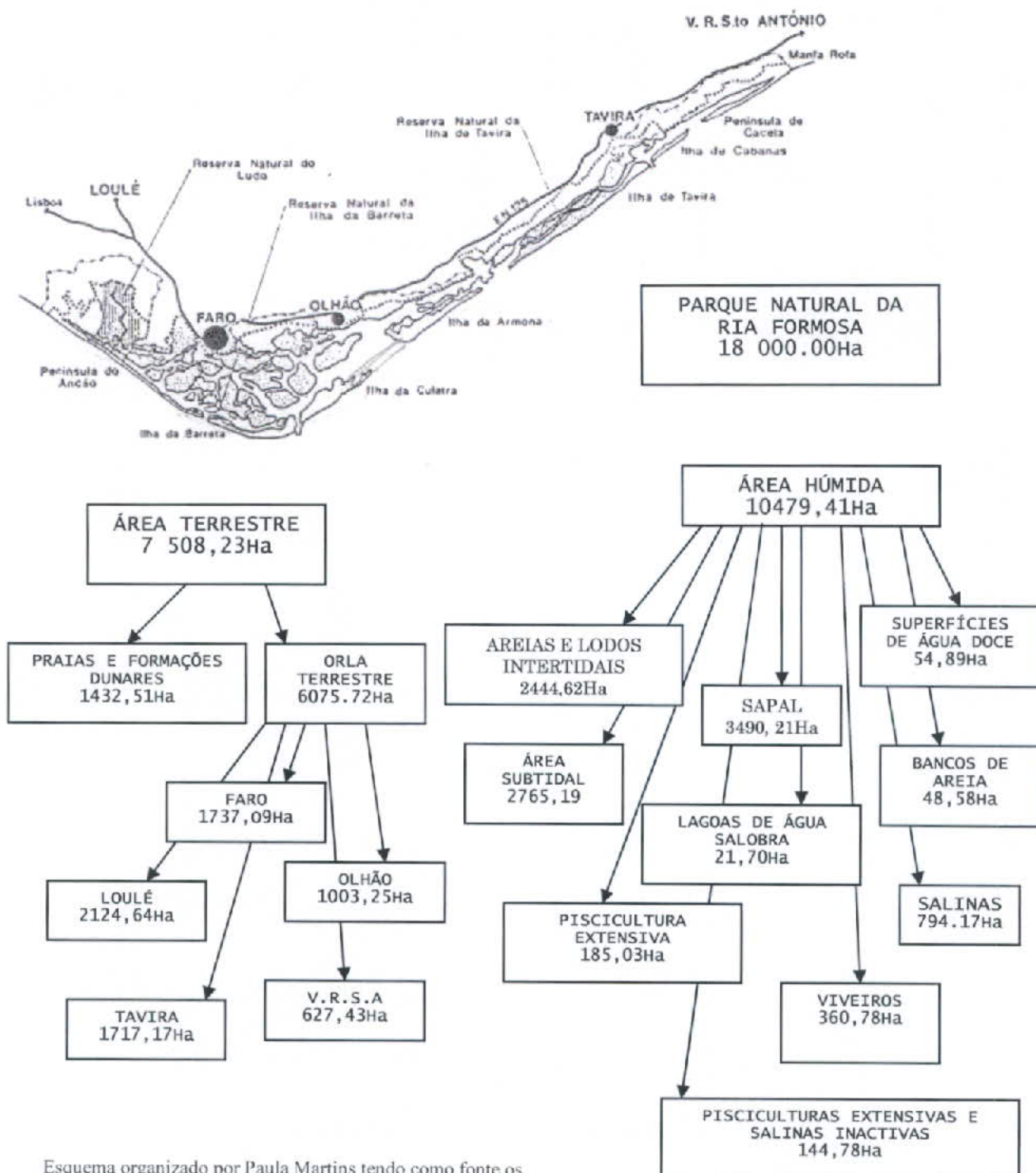


Sendo uma área com esta importância ecológica e económico-social, o PNRF não poderia deixar de estar confrontado com as mais variadas e múltiplas formas de interesses contraditórios. Daí a necessidade de fazer com que cada uma das actividades que nela decorrem ocupe de facto o local mais adequado e se faça uso das práticas mais recomendáveis de modo a garantir o equilíbrio geral do sistema lagunar, a sua capacidade de renovação, ou seja, a sua sustentabilidade.

O Plano de Ordenamento é o instrumento adequado para definir o uso dos diferentes espaços do território, pelo que a sua execução e permanente actualização é a condição básica para a boa gestão da Ria Formosa (7). De acordo com os dados do grupo de trabalho para a

revisão do Plano de Ordenamento do PNRF, em curso, a superfície da área protegida representa 3,4% da superfície da Região e são ocupados da seguinte forma:

Ocupação do território no PNRF



Esquema organizado por Paula Martins tendo como fonte os Levantamentos da equipa de trabalho do PNRF para o Plano de Ordenamento do Parque, em revisão

OBS: a diferença entre o somatório dos concelhos e o total da área terrestre deve-se ao facto dos limites oficiais de concelhos serem ligeiramente diferentes ao longo da costa, devido à dinâmica costeira, sendo muito difícil (quase impossível) fazer igualar os valores.

Os traços humanos perduram na noite dos tempos

A riqueza deste Parque não se esgota no património natural. Os recursos naturais conferem-lhe uma notável importância sócio-económica, que aliás não é só de agora: vestígios arqueológicos resultantes de estudos e escavações promovidas pelo Parque, comprovam que desde a época romana, pelo menos, esses recursos eram explorados.

Porém, no território englobado nos limites do Parque encontram-se outros vestígios da presença humana que traduzem raízes culturais milenares e que conferem a esta área protegida um património de inegável importância.

A situação geográfica e o mar permitiram contactos com o exterior, e por isso foi local de encontro de povos e culturas de cariz marcadamente mediterrânico: fenícios, a que se seguiram os gregos, os cartagineses, os romanos e finalmente os árabes.

A presença romana marcou profundamente o território: os testemunhos arqueológicos aparecem um pouco por toda a faixa litoral, muitos terão desaparecido com a dinâmica de uma linha de costa instável e ainda por fixar definitivamente mas ainda restam muitos outros vestígios, que permitem melhor compreender os principais estádios da presença humana na região e esclarecer a sua capacidade de transformar a paisagem. Por exemplo, a antiga cidade de Balsa, localizada na freguesia da Luz, em Tavira, (8) é sem dúvida um dos mais significativos

A cidade – *civitas* – ter-se-á desenvolvido sob o ponto de vista urbanístico e económico, fruto das relações comerciais com outros povos do Mediterrâneo. Escavações revelaram a existência de necrópoles, edifícios balneares, pavimentos de mosaicos, tanques de salga de peixe, etc., o que levou a que a área fosse classificada como imóvel de interesse público (Decreto-lei nº26-A/ 92 de 1 de Agosto).

Na estação arqueológica da Quinta de Marim, existem tanques de salga, tanques de preparação de pasta de peixe, forno de cal, testemunhos da presença da civilização romana.

Por seu lado a influência islâmica revela-se na toponímia, nos muitos vestígios arqueológicos que agora começam a ser desvendados em aglomerados populacionais, e na tipologia das casas, nas lendas. No próprio vocabulário existe uma raiz nitidamente islâmica, principalmente no que se refere a actividades agrícolas e piscatórias.

As últimas escavações realizadas no sítio do Poço Antigo, em Cacela, permitiram descobrir restos de estruturas de habitações, fragmentos de telhas e peças de cerâmica

islâmica do período almóada. Ainda em Cacela Velha são visíveis troços de muralha em taipa, também dessa época.

Outro aspecto em que a presença islâmica marcou decisivamente a região, foi na relação do homem com o meio rural, com as terras de cultivo, reflectindo-se na organização do espaço e nos produtos cultivados – as hortas e os pomares de citrinos, nos instrumentos de trabalho (alfaias), nos sistemas de rega de que as noras são um exemplo elucidativo.

Mas estes povos mediterrânicos vieram estabelecer-se em locais onde existiam já núcleos populacionais mais antigos, com os quais mantinham contactos comerciais.

Desconhece-se na maior parte dos casos a origem dos núcleos de população na área em estudo, embora se conheçam vestígios da presença humana no litoral algarvio desde neolítico, e até alguns achados do paleolítico.

Mas como já referimos as alterações que o litoral não fixado tem sofrido ao longo dos últimos milénios – e que continua a manifestar nos dias de hoje – são responsáveis pelo desaparecimento de muitos traços dessa ocupação pré-histórica.

Sabe-se contudo que desde tempos imemoriais os povos desta faixa costeira se dedicaram à faina da pesca e à apanha de marisco, e nos intervalos ao cultivo das suas terras ribeirinhas, penetrando aliás no interior através dos vales férteis que ladeavam as linhas de água principais.

As actividades da pesca e a ela associada suportavam um intenso comércio marítimo. Depois da conquista definitiva do Algarve (1249) a pesca começou a ser um direito senhorial, o mesmo vindo a acontecer com o comércio do sal.

Na Alta Idade Média a pesca do atum, espécie abundante na costa algarvia, tinha o estatuto de “pescaria real”, constituindo um direito exclusivo da Coroa. No séc. XVI o atum e a sardinha constituíam a base da actividade piscatória algarvia.

Sabe-se que muitos “*arraiais*” para guarda das armações da pesca do atum e da sardinha se transformaram em agrupamentos humanos e centros piscatórios. Como em 1577 descrevia Frei João de S. José, à pesca do atum com armações “*acode grande soma de pescadores de todo o Algarve, com as mulheres e filhos, e outra chusma e fazem suas cabanas por toda a costa onde estão as armações...*” Estes “*arraiais*” que começaram por serem simples cabanas de junco, viriam a desenvolver-se com o incremento dado à pesca após a criação da Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve”, em 1776, por

iniciativa do Marquês de Pombal. A fundação das comunidades piscatórias de Olhão, Fuzeta, Santa Luzia, Cabanas e Monte Gordo terá ocorrido nessa altura.

Na área da Ria Formosa localizaram-se, pelo menos, as armações do cabo de Santa Maria e do Ramalhete (Faro), do Livramento (Fuzeta), do Barril (Santa Luzia), do Medo das Cascas (Tavira) e da Abóbora (Cabanas).

Estas armações foram abaladas com o desvio dos percursos do atum nos mares algarvios e com a decadência da indústria conserveira. As últimas armações datam do início da década de setenta do séc. XX.

O Arraial Ferreira Neto, situado na margem esquerda do rio Gilão, em Tavira, constituía o último exemplar do funcionamento de uma armação de pesca do atum; por ser o último e pelo conjunto de infra estruturas de que dispunha, foi classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 5, 2002 de 19 de Fevereiro), o que não impediu que viesse a ser transformado num hotel de luxo, com a desculpa de que lhe acrescentavam um pólo museológico onde a memória do seu passado laborioso seria preservada. Não foi possível, neste País e nesta Região preservar um único exemplar de um dos símbolos mais singulares do litoral algarvio. (9)

Momento marcante na memória das gentes que ocupam este território foi o das invasões francesas, no séc. XIX, que por cá deixaram histórias, marcas de pilhagens, mas propiciaram actos de bravura como o do grupo de pescadores de Olhão, que no caíque “Bom Sucesso” atravessaram o mar, indo avisar a Corte então refugiada no Brasil, da expulsão dos franceses.

Na área do Parque Natural podemos descobrir inúmeras riquezas patrimoniais que atravessaram diferentes épocas, resistindo à acção do tempo e à destruição pelo homem, desde as torres de vigia ou atalaias – Torre de Aires (recuperada pelo Parque), Torre de Bias; as fortalezas ao longo da Ria para defesa costeira contra a pirataria mourisca e, mais tarde, contra os corsários europeus, como é o caso do Forte do Rato, Forte de S. João da Barra e Fortaleza de Cacela; casas apalaçadas como o Chalé João Lúcio, capelas, ermidas, igrejas, etc. Também existem conjuntos ou sítios históricos como o Núcleo Histórico de Cacela Velha, sujeito a um vasto plano de intervenção liderado pelo Parque; os aldeamentos piscatórios como Fuzeta ou Culatra; formas de vida rural e urbana e ainda outras manifestações

complementares como o artesanato ligado às artes de pesca, a gastronomia, crenças, tradições e saberes locais, festas de padroeiros, romarias, etc.

Todos estes aspectos constituem um património cultural que, em conjunto com as actividades económicas tradicionais, fazem parte da história da Ria Formosa e conferem ao Parque Natural um valor patrimonial de inquestionável interesse, em que ressalta a sua unicidade.

Aspectos museo-interpretativos do Parque

Detendo o Parque um património tão diversificado – natural, geomorfológico, paisagístico, histórico, arqueológico, etnográfico – urgia dar-lhe um fio condutor ao nível das acções de preservação, restauro e divulgação, e de medidas que permitissem e facilitassem a sua reapropriação pelas populações, como um reforço da identidade cultural e como factor específico do desenvolvimento do território. Essas medidas tomadas envolveram o melhoramento e criação de infra estruturas e acessibilidades, equipamentos e serviços culturais e de apoio, serviços de acolhimento a visitantes, etc.

Há duas intervenções a nível de preservação do património que se enquadram nos conceitos da Nova Museologia e na filosofia de intervenção no património resultante de diversas Convenções:

I. Centro de Educação Ambiental de Marim

II. Plano de Intervenção no Núcleo Histórico de Cacela

Nos dois casos foram propostos planos de interpretação, estudos prévios, projectos e execuções sectoriais de conservação de bens singulares de património, dinamização de iniciativas culturais como exposições e mostras, sempre numa perspectiva dinâmica e integrada tendo como objectivo último as populações.

**I. Centro de Educação Ambiental de Marim (CEAM)
Espaço de pedagogia Recreio e Cultura**



Vista aérea do CEAM
Arquivo do PNRF

Entende-se por Centro de Educação Ambiental de Marim (CEAM) uma propriedade com cerca de 60 hectares onde está sediada a direcção do Parque e os serviços técnicos e administrativos, a Quinta de Marim, localizada próximo da aldeia de Marim, freguesia de Quelfes, concelho de Olhão, e que é pertença do Instituto de Conservação da Natureza, tendo sido adquirida, em 1980, à família do poeta João Lúcio.

No início foi planeado como centro de interpretação e de investigação científica (essencialmente biologia marítima) e de educação ambiental, vindo depois a incorporar a sede do Parque.

Encontra-se neste espaço uma amostra dos principais ecossistemas da Ria Formosa e zona confinante – zona lagunar, sapal, dunas, mata de pinhal, charcos, com as correspondentes fauna e flora.

Existem na área da CEAM testemunhos históricos e arqueológicos valiosos, os já referidos moinho de maré, que foi musealizado, o assento e lavoura, que inicialmente estava previsto para ser recuperado e museografado como habitação rural típica da região, dispondo de zona de horta e pomar, e de um engenho hidráulico (nora) de excelente arquitectura e pelo menos duas áreas já conhecidas de ocupação romana.



Habitação rural



Nora

A fauna, apesar da proximidade de actividades humanas, é abundante, coexistindo espécies marinhas, litorais e terrestres, como aves (limícolas, anatídeos, cegonhas, garças, passeriformes, galinha sultana, rapinas), répteis (lagartixa, cobra de água, camaleão, osga), e mamíferos (raposa, lebre e coelho bravo).

A flora distribui-se pela área de sapal da Ria, por uma faixa de praia com vegetação dunar, pela vegetação marginal da caldeira do moinho que é de água salgada, pela flora de um extenso charco de água doce, e pela flora complementar da mata de pinhal bravo e pinhal manso.

Objectivos do CEAM

Após a aquisição da Quinta, foi elaborado um “Plano de Ocupação” (10) onde se definiram os objectivos a prosseguir:

- “ - criar uma área de sensibilização para os visitantes, tendo em vista ao próprios objectivos da criação do PNRF;
- recuperar os diferentes biótopos (floresta, sapal, dunas, zonas húmidas, caldeira do moinho da maré, salinas) proporcionando a sua utilização futura quer pela avifauna característica da região quer pela migradora
- defender valores do património natural e cultural;
- apoiar a investigação e a divulgação científica de modo a valorizar os recursos naturais do Parque;
- formação técnica do pessoal ligado ao projecto.”

Assim, dando seguimento ao plano, foram iniciadas profundas reformulações da área florestal, com melhoramento da sua composição, a construção de um edifício para o Centro de Interpretação e a recuperação e reconversão de diversas infra estruturas existentes, muitas das quais viriam a ser integradas no “trilho de interpretação”, à medida que foram sendo concluídas. O Centro começou a funcionar em 1991.

Melhoramento da área florestal



Quinta de Marim – 1982 anterior à intervenção do Parque
Arquivo do Parque

A Quinta de Marim, CEAM, possuía uma área florestal que era sobretudo ocupada com povoamento disperso de pinheiro bravo, *Pinus pinaster* com algum pinheiro manso, *Pinus pinea*.

O Parque procurou recriar as características da mata mediterrânica através da florestação com outras espécies como o sobreiro e a azinheira, favorecendo a regeneração do pinheiro manso, plantando-o, e removendo progressivamente o pinheiro bravo, aliás com muito indivíduos decrépitos.

O estrato arbustivo foi reconstituído com vegetação característica das formações mediterrânicas: tojo, urze, pirliteiro, medronheiro, palmeira anã, etc.

As plantas aromáticas, como os tomilhos, o rosmaninho, salpicam toda a área, espalhando cor e aromas.

A mata abriga espécies de animais, algumas já referidas antes; mas podem referir-se ainda algumas menos comuns como a cobra rateira, o ouriço-cacheiro ou a rara gineta. Vale a

pena voltar a citar o camaleão (*Chamaeleon chamaelon*), réptil característico das matas mediterrânicas costeiras e dunas, surgindo no sotavento algarvio, e estando em riscos de extinção.

Concepção global do CEAM

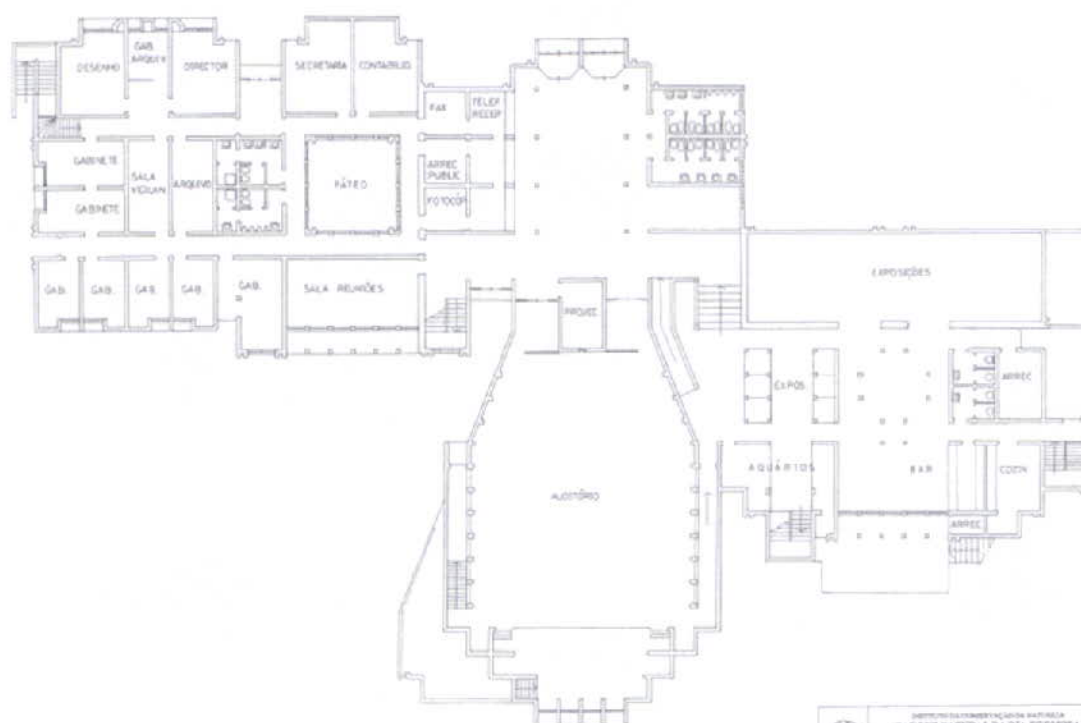
A propriedade actualmente é vedada em toda a sua periferia, excepto na frente ribeirinha, com rede metálica de 1,80 m de altura, mas o seu encobrimento pela vegetação diminui ou até elimina o impacte visual que poderia ter.

O acesso ao Centro faz-se por um portão no extremo poente e por um cais acostável de madeira a sudoeste, para embarque e desembarque a partir da Ria.

Os visitantes que entram pelo portão dirigem-se à portaria onde adquirem o bilhete de ingresso e recebem informação genérica sobre o Centro e a visita (um folheto com os percursos e pontos de interesse a visitar).

O Centro dispõe de um conjunto de equipamentos de carácter informativo, interpretativo, educativo, recreativo e de apoio: Centro de Interpretação; trilho de interpretação, alojamento, local de merendas, parque de estacionamento.

1 - Centro de Interpretação



 INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA SEDE DO PNRF			
PLANTA R/C-HÃO			
Escala: 1:1000	Data: Mar/2001	Doc. Nº: 11	

Trata-se de um edifício com uma área de cerca de 2000 m², construído de raiz, e cuja arquitectura o integra plenamente no espaço envolvente, situado num cabeço da zona central da mata, com uma excelente perspectiva sobre a ria.

Este Centro de Interpretação engloba dois tipos de espaços:

- a) – Espaços de uso restrito – reservados aos serviços, englobando o gabinete do director, os gabinetes dos técnicos e dos vigilantes da natureza, os serviços administrativos, sala de desenho, sala de reprografia e central de comunicações.
- b) – Espaços de uso público. Estes incluem:
Átrio central - para o qual se acede pela entrada principal, e que dispõe de um balcão de atendimento e informação do público, funcionando também como local de vendas das publicações. O átrio dá acesso às instalações sanitárias públicas.



Balcão de atendimento

Auditório – anfiteatro com capacidade para 254 pessoas, está dotado de sistema de ar condicionado, audiovisuais (projectores de dispositivos, vídeo e retro projecção) equipamento de som e cabinas para tradução simultânea. Tem entrada pelo átrio.

Tem boa acústica e está disponível para a realização de congressos, conferências cursos de formação, espectáculos musicais e teatrais, etc..

Biblioteca - situada numa galeria aberta sobranceira ao átrio, com acesso por uma escadaria, tem capacidade para 12 pessoas. Aí poderão ser consultados títulos variados, tais como Património Natural e Cultural do Algarve, publicações do ICN,

Conservação da Natureza, História, Ambiente, Arqueologia, Educação Ambiental, Fauna, Flora, Geomorfologia Costeira, entre outros; possui numerosos Estudos, Relatórios, Teses de Licenciatura, Mestrado e de Doutoramento e outros Trabalhos Técnicos relativos ao Parque;

Videoteca – em formação nesta altura, dispõe já de significativo acervo de vídeos e CD-ROM.

Salas para actividades de Educação Ambiental - pequena sala de audiovisuais, para cerca de 25 pessoas, e sala de actividades para realização de trabalhos com base nas explorações de campo feitas nos ecossistemas do CEAM.

Bar/ restaurante – no mesmo piso intermédio fica um amplo bar e restaurante, com esplanada aberta sobre a Ria, e ensombrada pelos pinheiros; serve refeições ligeiras e bebidas.

Espaços expositivos

Átrio - no átrio existem três maquetas e várias exposições

Na zona central está a maqueta do parque, na escala horizontal 1: 25 000, com 2.10mx1.40m, ocupando uma área de 2.94m². Está colocada sobre uma mesa e coberta por uma estrutura acrílica; próximo da parede do fundo do átrio que está coberta por um grande painel reproduzindo uma fotografia antiga de uma armação para o atum, está uma maqueta, coberta igualmente por acrílico, de uma armação completa em laboração, na escala 1:5 000, com 2.78mx1.12m, ocupando uma área de 3.11m².



Átrio do CEAM vendo-se em primeiro plano a maquete do Parque e atrás a maquete com armação do atum

Num recanto do mesmo átrio, próximo do acesso à sala de reuniões, situa-se outra maquete, esta da área do CEAM, na escala 1:1000, com 1,40mx1.00, ocupando uma área de 1.40m².

Estas maquetas permitem uma primeira abordagem às características geográficas, fisiográficas e ecológicas do Parque e dos seus locais de maior interesse.

Exposição “Pomar de Equilíbrios”



Na zona maia ampla do átrio está patente uma interessante exposição de “mobiles” intitulada “Pomar de Equilíbrios”. Trata-se de uma proposta de interpretação dos valores naturais, culturais e históricos do nordeste algarvio, região sul do País de influência mediterrânica tanto da Natureza como do Homem.

Os suportes expositivos são muito originais constituídos por “mobiles” de onde estão suspensas fotografias de excelente qualidade que retratam diferentes biótopos dessa região – zona serrana, bosque mediterrânico, matagais, sapais, salinas, cursos de água e as respectivas fauna e flora que lhes estão associadas.

Para além deste património natural também o construído assume importância significativa, como local de abrigo, alimentação e reprodução de diversas espécies.

Através das fotografias suspensas, com frente e verso, algumas acompanhadas de pequenos textos, é possível descobrir uma multitude de aspectos que caracterizam o nordeste algarvio.

Esta exposição foi realizada por profissionais de uma empresa privada e especializada neste género de eventos, daí a sua qualidade e originalidade. É de realçar que a solução encontrada dá dinamismo ao conteúdo exposto, pois as fotografias perdem o carácter estático que em regra apresentam. Este sistema expositivo não requer grandes meios materiais nem humanos e provoca uma rápida empatia no público e comunicação fácil, além de que é facilmente transformável em exposição itinerante.

Como complemento à exposição foi publicada uma pequena brochura e um mapa com alguns percursos possíveis na região a que a exposição se refere. (11)

Ainda no átrio, num espaço de acesso ao piso inferior, está patente uma exposição sobre a **jazida fóssil de Cacela**, localizada na embocadura da ribeira de Cacela e considerado um dos sítios geológicos mais importantes de Portugal.

Os suportes expositivos constam apenas de painéis com fotografias e/ou desenhos acompanhados de pequenos textos descritivos, encostados à parede; se o conteúdo científico é do maior interesse, a sua apresentação é de grande banalidade museográfica.

Espaços expositivos – piso inferior



- 1- Sala de exposição permanente
- 2- Espaço expositivo - vitrines
- 3- Aquários
- 4- Exposição de conchas
- 5- Exposição sobre a jazida fóssil

Para cumprir o objectivo principal ou seja, a interpretação do Parque e os motivos que presidiram a sua criação, o Centro de Interpretação tem recorrido a exposições diversas, permanentes e temporárias.

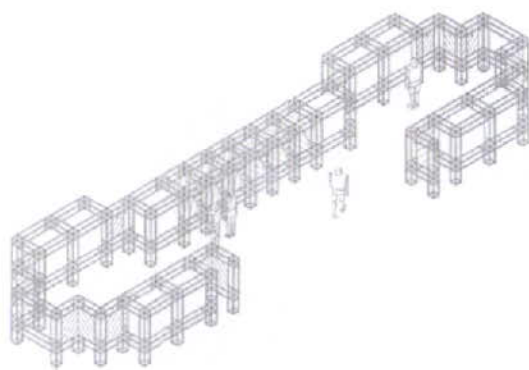
Dispõe de vários espaços que não sendo os mais adequados, são no entanto, usados para essas funções. Podemos então referir:

Sala de exposição permanente – localizada ao lado do bar, com uma área de 124 m², existe uma sala destinada à exposição permanente sobre a riqueza natural e a presença do homem ao longo do tempo na área do Parque. Tinha como objectivos prioritários, de acordo com o espírito da ecomuseologia (museografar e remeter para o território):

- Dar a conhecer os diferentes ecossistemas característicos do Parque, descrevendo habitats e espécies ameaçadas;

- Mostrar que a criação do Parque se deveu à necessidade de prevenir a protecção do património, evitando a degradação ambiental sob as pressões antrópicas;
- Prosseguir uma acção pedagógica, tendo em vista não só a informação mas essencialmente a aprendizagem e a sensibilização para o Ambiente e a mobilização para a acção.

Foram executados expositores-tipo (se bem que inadequados), chegou a ser elaborado um pré-guião, mas por falta de meios e de decisão superior, a exposição permanente nunca chegou a ser concretizada.



Perspectiva e planta dos expositores



Aliás a sala sofre de deficiências de construção, com infiltrações de humidade que, sem serem resolvidas, não permitem instalar qualquer material por muito tempo.

De resto todo o edifício sofre de problemas estruturais graves, sendo necessárias obras profundas, segundo um estudo elaborado pelo LNEC por encomenda do Parque.

Assim o que deveria ser um núcleo museológico, factor de dinamização cultural e uma mais valia do parque, tem-se remetido a apresentar exposições temporárias.

Numa região onde os espaços culturais não abundam esta sala tem sido solicitada por artistas (pintores, escultores), por escolas, associações culturais, para exporem os seus trabalhos. Desta maneira vai cumprindo uma função social em prol da população local e visitante. A cedência da sala é feita a título gratuito, bem como todo o apoio logístico.

Na ausência de uma exposição permanente sobre o Parque e perante a exiguidade dos espaços expositivos vai-se tirando partido destes com exposições temáticas com maior ou menor duração e que contribuem para dar a conhecer esta área protegida tanto ao público escolar, como a visitantes individuais, grupos nacionais ou estrangeiros.

No piso inferior junto à sala de exposições atrás referida, existe um espaço expositivo – pelo menos parece ter sido essa a intenção do arquitecto – onde estão implantadas seis vitrinas, com 1.30mx1.30m, com peças arqueológicas e objectos diversos.

Esta exposição apresenta deficiências museológicas e museográficas de base: os suportes expositivos, ou seja, as vitrinas, são inadequados aos conteúdos.

Estes constam de:

- Peças arqueológicas provenientes das escavações realizadas na área do Parque
- Parte de uma valiosa colecção de miniaturas de embarcações tradicionais que laboraram nos mares do Algarve, a maior parte das quais fora de uso e outras já desaparecidas;
- Colecção de conchas fósseis.

Estes objectos foram colocados de forma aleatória, reunidos por núcleos temáticos, não tendo havido qualquer critério museológico nem preocupação museográfica.



Vitrines - Espaço expositivo



Vitrines – pormenores da exposição

Acontece por vezes que na mesma vitrina dividida por uma prateleira de vidro, estão colocadas peças arqueológicas e embarcações, ou embarcações e conchas; não se verifica qualquer intenção de contextualização que permita entender as interações das actividades humanas com o ambiente natural.

As próprias legendas que variam segundo os núcleos de peças expostas, seja pelo tamanho seja pela localização, são praticamente ilegíveis, especialmente as referentes às peças arqueológicas. O acervo arqueológico já recolhido na área do parque é indiscutivelmente mais valiosos em quantidade e qualidade do que aquilo que está exposto.

O recurso à divisão das vitrinas para aproveitamento do espaço dificulta a observação dos conteúdos expostos nos níveis superiores, principalmente aos visitantes de idade escolar que são os principais destinatários.

A musealização ou seja a arte e técnica de fazer compreender os objectos, não existe. Os objectos estão ali colocados mudos, não se indicando as funções que realmente representam como testemunhos. Não se percebe quais os tipos de sociedade que os produziram.

Podemos concluir que se nota uma ausência total do papel fundamental do museólogo: os conteúdos são de grande importância científica e sobre eles existe investigação científica e técnica. Se é evidente a falta de um museólogo, a do designer criativo é total.

A restante colecção de miniaturas de embarcações foi exposta na galeria sobranceira ao átrio; mas se o local e solução expositiva são mais atractivos já a sua preservação apresenta sérios inconvenientes: está sujeita ao pó, às variações de temperatura e humidade que se fazem sentir no local, portanto sem qualquer espécie de protecção.

Também aqui não existiu qualquer intuito de contextualização das embarcações.

Trata-se de uma situação museológica injustificável, reveladora da pouca sensibilidade cultural e museológica dos vários dirigentes que se têm sucedido, fazendo com que as acções de interpretação e de educação percam muito do seu significado.

De resto as miniaturas são um notável trabalho artesanal, em escala rigorosa, documentando embarcações que desempenharam um papel fundamental nas actividades da Ria e do litoral algarvio, pelo que a sua valorização museológica se impunha.

Uma exposição é má quando falha no que lhe é específico – **comunicar**, para o que necessita de uma forte componente visual, e um museu ou pólo museológico falham quando não são capazes de conservar as colecções ou objectos que têm a seu cargo.

Já foi apresentada, por técnicos do Parque, uma proposta de solução tendente a reunir toda a colecção num só espaço expositivo, com um programa museológico adequado, e com vitrinas onde pudesse estar devidamente preservada.

Mostra temática de conchas

Merece realce a solução encontrada para expor uma maior parte da colecção de conchas. Optou-se pelo local disponível aquele que melhor se adequava, ou seja, o espaço entre as escadas e a rampa para deficientes que ligam o átrio ao piso inferior.



Exposição de conchas vendo-se ao fundo parte da exposição sobre a jazida fóssil

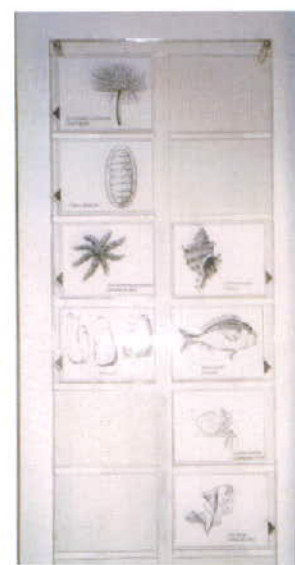
Sobre uma placa de madeira foi espalhada uma camada de areia grossa; tratando-se de um plano inclinado foi necessário recorrer a cola de madeira para sustentar uma segunda camada de areia mais fina onde se colocaram as diversas espécies de conchas. Cada concha tem a respectiva legenda que a identifica. Apenas falta informação escrita à disposição dos visitantes.

Aquários

No piso intermédio do edifício, ao lado das vitrinas referidas, existem aquários de água salgada, de grandes dimensões, onde se apresentam espécies de peixes, moluscos e crustáceos, bem como flora aquática da Ria Formosa.

A legendagem em acrílico existente está correcta, pois cada espécie, além do nome vulgar, tem o respectivo nome científico e o respectivo desenho biológico. Porém a iluminação do local não é perfeita, dificultando a visibilidade das espécies.

Os aquários necessitam de uma remodelação de forma a torná-los mais atractivos, pois por estarem demasiado altos dificultam a sua apreciação por crianças e por deficientes em cadeiras de rodas. O Centro apenas dispõe de rampas para deficientes, faltando porém outras infra estruturas adaptadas a esse tipo de público.

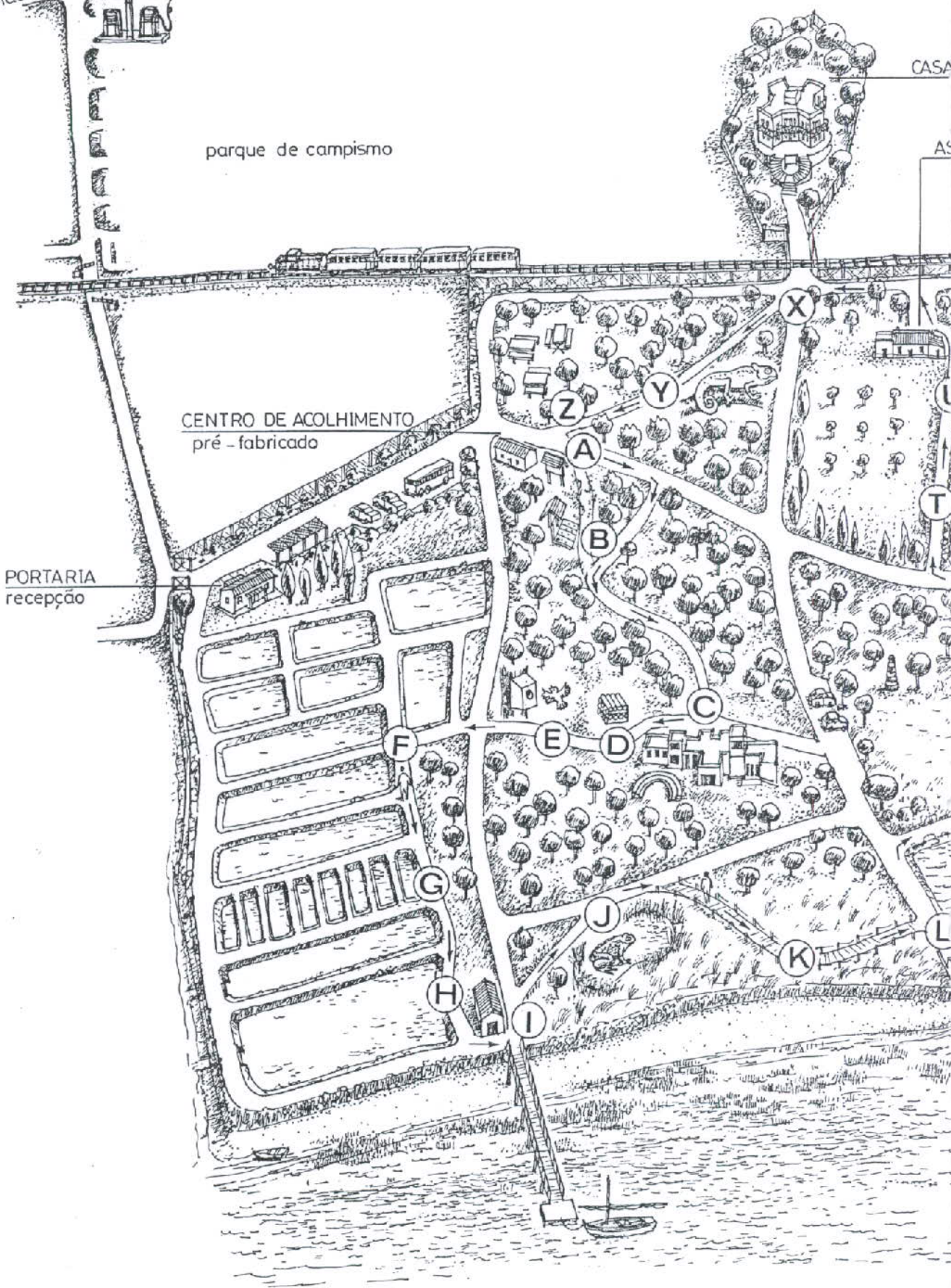


Legenda de identificação de espécies-

A manutenção dos aquários apesar das deficiências, constituem uma das maiores atracções do Centro de Interpretação, é assegurada por uma Vigilante da Natureza do Parque, que se foi especializando na matéria, por interesse próprio.

Estas exposições do Centro de Interpretação são muito visitadas, praticamente por todos quantos entram no edifício. Contudo o êxito de uma exposição (de um Museu ou de um Centro Interpretativo) não se mede, como dizia Georges Henri Rivière, pelo número dos seus visitantes mas pelo que cada um deles aprendeu.

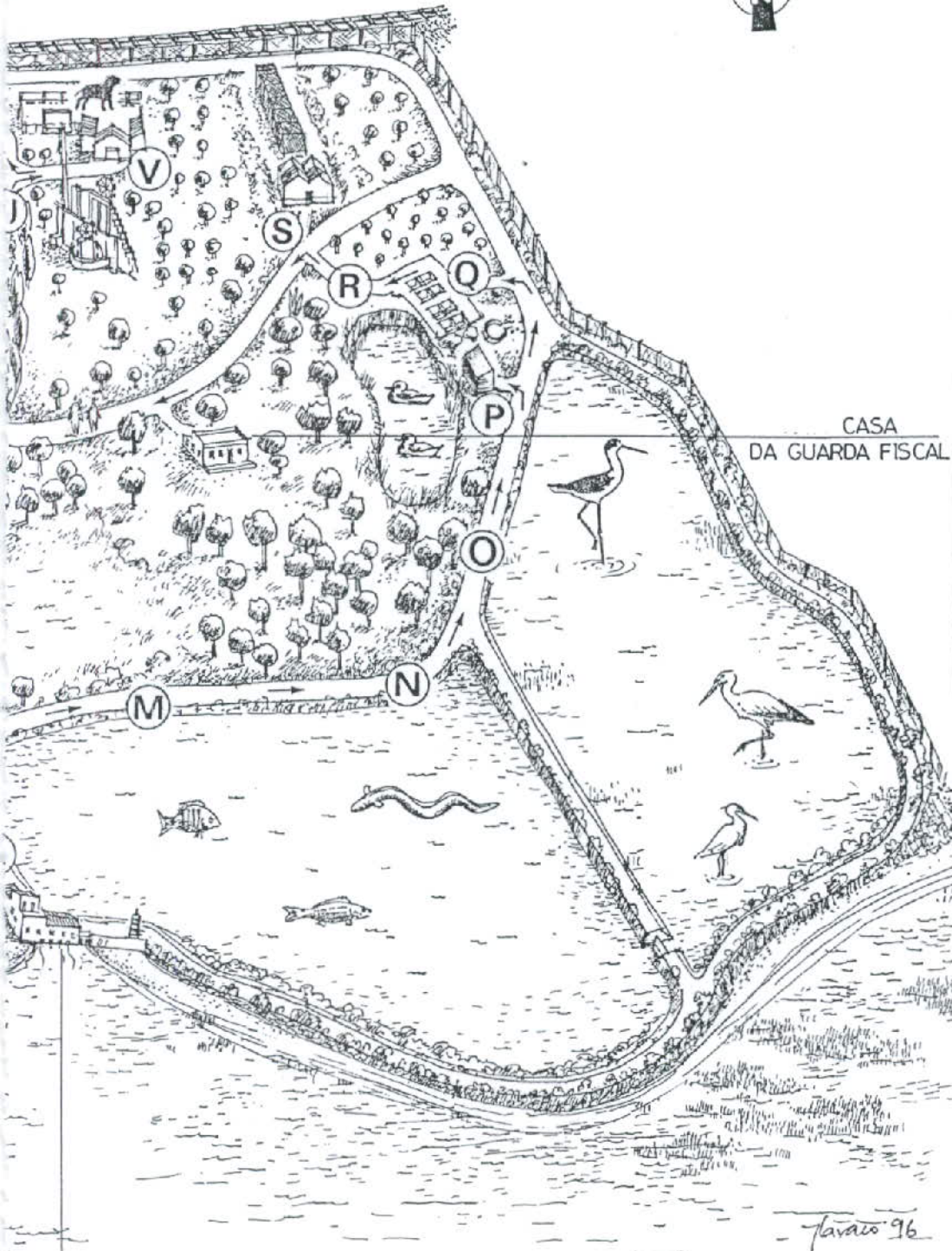
Olhão E.N. 125 Tavira



R I A

JOÃO LÚCIO
chalet

SENTO DE LAVOURA
casa agrícola



- (A) Quinta de Marim
- (B) Estudos sobre erosão dos solos
- (C) Centro Interpretativo
- (D) Mata
- (E) Caixas - ninho
- (F) Salinas
- (G) Aquacultura
- (H) Armazém
- (I) Barca do atum
- (J) Juncal
- (K) Duna
- (L) Moinho de maré
- (M) Praia
- (N) Duna
- (O) Sapal
- (P) Charco
- (Q) Tanques de salga romanos
- (R) Culturas de sequeiro
- (S) Centro de recuperação de aves
- (T) Sebe
- (U) Agricultura biológica / Nora
- (V) Cão de água português
- (X) Casa João Lúcio
- (Z) Parque de merendas

MOINHO DE MARÉ



INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA

Centro de Educação Ambiental de Marim

coordenou:	desenhou:	escala:	data: JAN. 97
------------	-----------	---------	------------------

2 – Trilho de Interpretação

Partindo da Centro de Interpretação, um Trilho de Interpretação permite ao visitante verificar “in loco” os elementos informativos que recolheu e viu no Centro; munido de um folheto explicativo, percorre os principais equipamentos e sítios de interesse.

O trilho é pedestre e decorre sempre dentro da área do CEAM; tem uma extensão de cerca de 3 km e demora entre 2 e 3 horas a ser percorrido a passo de passeio, com paragens nas estações sinalizadas.



O percurso não apresenta dificuldades, segue por caminho de terra batida, balizado por postes de madeira e sinalética, com painéis informativos nas 20 estações recomendadas. É proibido caminhar fora do trilho, para evitar o pisoteio das zonas adjacentes e deste modo impedir a destruição de valores naturais existentes.

Cada painel, colocado na horizontal, levemente inclinado, está preso a um poste de madeira e nele consta o logótipo do percurso, com uma ilustração alusiva à respectiva estação e acompanhada de um pequeno texto em português e inglês, já que são muitos os turistas que aqui vêm passear.



Início do percurso e pormenor da sinalética utilizada

Caracterização das principais estações

Salinas



As salinas artesanais constituem um interessante motivo de interpretação do património natural e cultural, pois é um recurso natural aproveitado pelo homem como actividade económica e por outro lado um habitat importante da avifauna aquática.

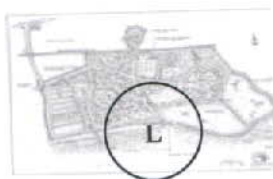


Antigas salinas

Porém, no âmbito de um protocolo assinado entre o ICN e o IPIMAR foi alienada a área das salinas para implantação de uma estação piloto de aquicultura. Esta estação tem como objectivos a investigação e o desenvolvimento experimental, à escala industrial, das actividades de aquicultura, incluindo uma maternidade, de forma a promover a actividade na região algarvia, bem como a formação profissional.

Mas com esta iniciativa destruíram-se as salinas que eram um importante ponto de interesse ambiental do CEAM.

Moinho de maré



Moinho de Maré – aspecto geral

Também conhecido por Moinho Novo de Marim, é hoje um dos raros exemplares deste antiquíssimo aproveitamento da energia das marés que ainda pode ser observado em Portugal.

Os moinhos de maré constituíam elementos familiares na paisagem da Ria Formosa onde chegaram a existir cerca de trinta, a maior parte deles construída no século XVIII mas aproveitando uma tecnologia medieval. (12)

Um factor determinante para a proliferação deste tipo de moinhos foi a energia produzida pela subida e descida das marés, uma energia permanente e inesgotável.

E se ainda hoje existe uma ampla zona húmida onde as marés se fazem sentir, o resto do território marginal tinha essencialmente uma função agrícola, com grande produção de cereais, para os quais eram necessárias as mós dos moinhos para a obtenção de farinha.

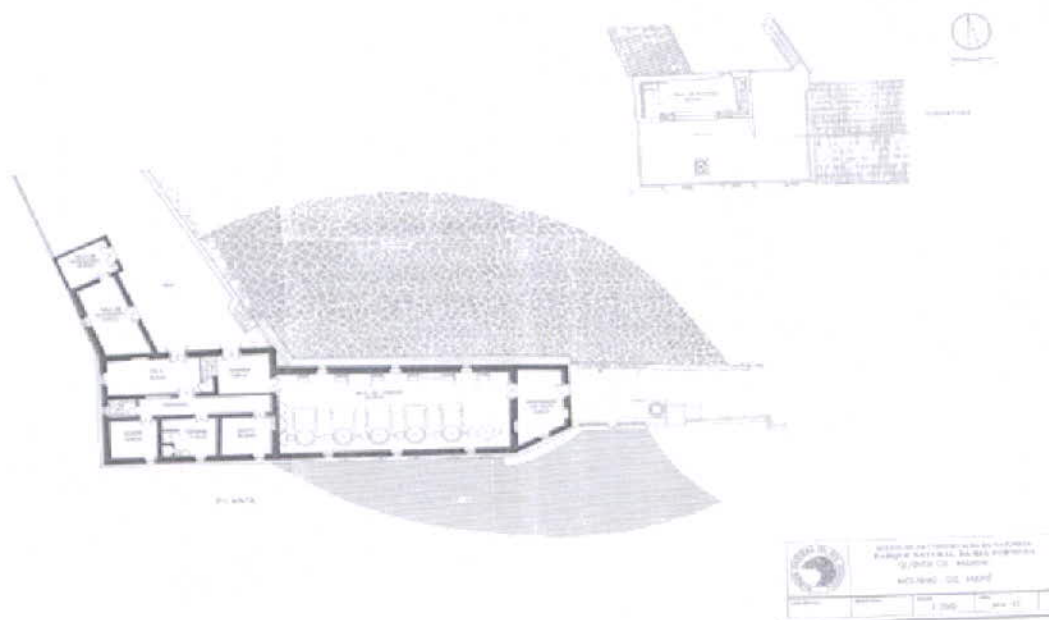
Esta actividade molineira, tão importante noutras épocas, entrou em decadência, vindo praticamente a desaparecer há umas décadas atrás, e na perspectiva de salvaguarda de alguns moinhos de maré da Ria Formosa, o Parque deu início à recuperação deste exemplar da Quinta de Marim; com ela também se teve em vista a sua integração no trilho de interpretação que é indispensável às actividades de Educação Ambiental – exemplo de aproveitamento de um recurso renovável, gerando uma energia alternativa, para além do seu valor etno-cultural, pelo que teve uma intervenção museológica.

Aproveitamento dos espaços construídos para desenvolvimento de um projecto museológico

A arquitectura deste edifício é curiosa, dadas as características de lugar e a actividade a que se destinava.

Estas antigas construções são de pedra calcária e com reboco de cal e areia, mistura que também constitui a argamassa para rejuntar as pedras

Trata-se de uma construção com uma longa sala (sala das mós) e vários corpos destinados ao armazenamento do cereal e à habitação do moleiro.



Planta do moinho de maré
Autor: A. Santana

No moinho esteve montada uma exposição com carácter permanente, que ocupava a sala das mós e os anexos, intitulada “Do cereal ao pão”.

A musealização obedeceu a um programa preliminar que teve três fases:

- aprofundamento do estudo do moinho numa perspectiva tecnológica, para a qual se contou com o saber e a experiência do moleiro e estudos no domínio da etnologia e da arqueologia industrial;
- pesquisa de documentação de arquivos
- elaboração de um diagnóstico relativa ao estado de conservação deste valor patrimonial.

Recuperação do moinho

O moinho encontrava-se em adiantado estado de degradação, conforme se pode observar nas fotografias que se apresentam.



Aspectos da degradação do moinho
Arquivo do PNRF



A degradação é patente
Fonte: IND Reportagem

Na recuperação tentou-se preservar o aspecto original e para isso foi possível contar com os conhecimentos do último moleiro que ali trabalhou e residiu, pelo que foi efectuada uma recuperação fidedigna e conscienciosa do moinho; recuperação das mós, das comportas e do sistema de moagem, técnica centenária, limpa e ecológica, e que apenas sofreu do inconveniente de ser pouco rentável.



O moinho de maré em período de funcionamento – anos 70

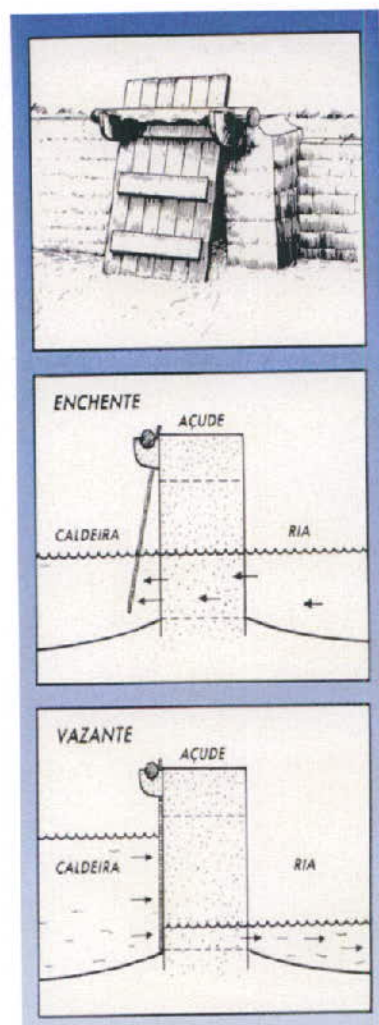
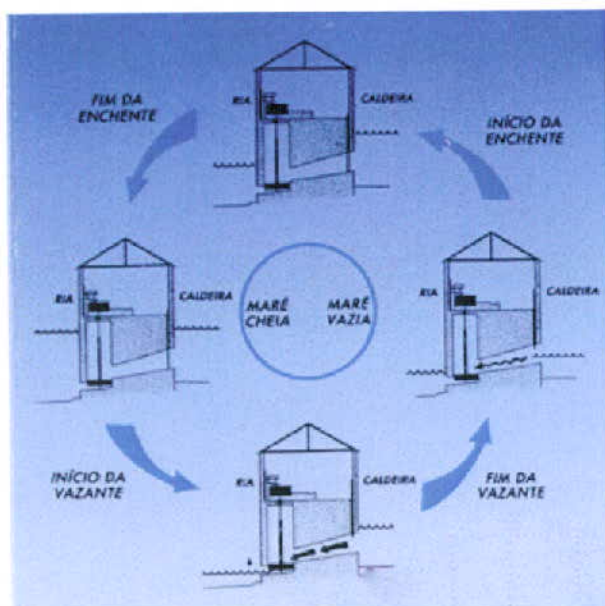
Ainda em 1998 o Sr. Custódio Baptista Marçal, assim se chamava o moleiro, transmitiu o seu saber – a técnica de moagem – a um jovem que durante dois anos trabalhou

no Parque e se interessou pela actividade, encarregando-se da manutenção e funcionamento regular do moinho.

Desta forma quem visitasse o moinho podia observar ao vivo o funcionamento do engenho, condicionado pelas marés, observar o processo de moagem e adquirir farinha de milho acabada de moer, vendida em sacos de 1k g – excelente para confeccionar o “xarém”.(13)

O projecto interpretativo não se limitou ao interior do moinho; na parede exterior da sala das mós foi construído um passadiço pedonal virado para a caldeira, rica em fauna aquática.

Esta caldeira, associada ao moinho consiste numa vasta superfície de água que entra através de comportas quando a maré sobe, ficando represa no interior; depois à medida que a maré baixa cria-se um desnível entre a ria e a caldeira do moinho. A abertura das comportas existentes no edifício (atôches) faz a água correr da caldeira para a ria, fazendo girar as mós, através dos rodetes.



Imagens retiradas de brochura editada pelo PNRF sobre o moinho de maré

A visita iniciava-se no anexo exterior onde se expunham, em sequência funcional, alfaias e fotografias antigas de lavrar a terra, de despedregar, de semear o grão, de ceifar e de transporte para o moinho.

No corpo que antecede a sala das mós estava montada uma exposição constituída por fotografias colocadas na parede e completadas com textos explicativos dos vários tipos de moinhos do Algarve, de vento, azenhas e moinhos de maré.

Depois na sala das mós, destas havia duas a funcionar, moendo grão, e uma outra, só com finalidade didáctica, com legendas indicando o nome de todas as peças do engenho, e uma gravura em escala adequada que explicava o funcionamento das mós e da caldeira.



Musealização da sala das mós

Finalmente no último anexo recorreu-se a uma reconstituição museográfica: uma boca de forno característico do Algarve, constituindo um espaço típico, tendo junto uma mesa original onde se expunha um centenário alguidar de amassar o pão, depois uma prateleira com imitação de pães e uma velha pá de forno a introduzir um pão para cozer.

Como apoio informativo foi editada uma pequena brochura, com desenhos explicativos sobre o funcionamento do engenho e interpretação histórica e sua importância na economia local.

A intervenção realizada neste moinho teve um carácter essencialmente pedagógico.

A exposição, que suscitava o interesse dos visitantes, sobretudo dos alunos das escolas, acabou por ser desmontada por falta de interesse dos responsáveis e falta de meios na sua conservação.

Dá em diante iniciou-se a degradação do edifício, pois a manutenção desta estrutura tem custos elevados, manutenção que terá de ser contínua devido à permanente e intensa salinidade que a ataca.

Actualmente apenas é visitável a sala das mós, estando destas uma operacional, só que não existe o moleiro ou alguém que a saiba pôr a funcionar.

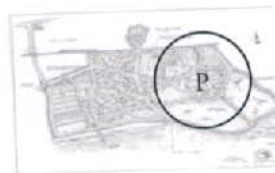


Sala das mós – aspecto actual

Também o dique da caldeira está degradado, necessitando de urgente intervenção, a qual está prevista no “Plano de Revitalização do CEAM”, bem como algumas outras obras de manutenção, que inclui ainda uma nova exposição na sala das mós e um quiosque multimédia. Não existe qualquer programa museológico.

Charco

Observatório de aves

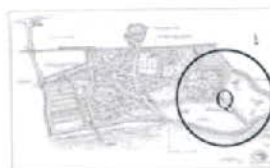


Com o objectivo de atrair maior número de espécies aquáticas, proporcionando locais de alimentação, refúgio e nidificação, procedeu-se à abertura de dois charcos – um de água salgada, permitindo a observação de aves limícolas, que se alimentam naquele plano de água, e outro de água doce/salobra, uma “pateira” para anatídeos, mas na vegetação que ali se desenvolve refugiam-se muitas outras espécies da avifauna, em especial passeriformes.

Junto a estes charcos foram construídos observatórios de aves, edifícios em madeira, de forma rectangular, e que têm uma janela em fresta, em todo o seu comprimento, através da qual se podem observar as aves sem que estas se apercebam da presença humana.

A altura da fresta de observação também não permite o seu uso por crianças e deficientes em cadeira de rodas. No plano de revitalização do CEAM está prevista a sua adaptação a todos os utentes.

Estação arqueológica romana



O principal arqueosítio foi identificado na sequência do desaterro realizado em 1988 para a construção da pateira. Suspeitando-se da existência de uma jazida arqueológica, de imediato foram suspensos os trabalhos e solicitado ao arqueólogo Dr. Carlos Tavares da Silva para que procedesse à escavação de emergência. Foi reconhecido que se tratava de “ *um estabelecimento de produção de salga, da época romana, parcialmente destruída.*” (14)

Do material encontrado salientam-se diversas ânforas, restos malacológicos e ictiológicos.

Como escreveu o citado arqueólogo, “ *encontramo-nos perante um conjunto de elementos arqueológicos que parecem testemunhar a existência de uma unidade de exploração económica agro-marítima, que pode ser paradigmático da ocupação romana no Algarve litoral.*”



Vista aérea da estação arqueológica após as escavações

As fábricas de salga de peixe destinavam-se à conserva de diversas espécies pescadas ao longo da costa algarvia, especialmente o atum e a cavala. Nelas também se fabricava o célebre “garum”, condimento muito apreciado na época, e que consta de uma pasta obtida por maceração e fermentação das vísceras de peixes e moluscos, a que se adicionavam ervas aromáticas, e que tinha diversas aplicações na culinária.

A localização desta “*villa romana*” em Marim, pois de uma *villa* se trata, em terrenos extremamente férteis, contígua ao sistema lagunar, revela o papel importante que ali foi desempenhado pela ocupação romana, na exploração da agricultura e dos recursos marinhos, além de entreposto comercial na zona de influência mediterrânica.

Musealização

Do núcleo de produção de salga restam seis tanques ou salgadeiras, distribuídas por dois grupos separados entre si por um corredor. Este arqueosítio nunca foi musealizado, apenas existe um painel informativo com as características definidas para os painéis das restantes estações, o que é muito pouco, quando se sabe que o discurso da musealização arqueológica é essencialmente visual. Houve rigor científico na investigação mas a intervenção museo-pedagógica falhou.

Alguns objectos – cerâmicas, ânforas, moedas – foram depois de inventariados e restaurados, expostos nas vitrinas do Centro de Interpretação.



Portmover dos tanques de salga



Caminho de acesso e painel informativo

Tanques de salga romanos

Roman salting tanks

O aproveitamento pelo homem dos recursos biológicos da Ria Formosa data de tempos remotos. No período da presença romana na Península Ibérica, a indústria de salga de peixe conheceu aqui um considerável incremento.

Estes tanques datam do século I d.C. e, para além de conserva de peixe, serviam também para a produção de garum, uma pasta obtida por maceração e fermentação de vísceras de peixe e moluscos, a que se adicionavam ervas aromáticas, e que tinha diversas aplicações na culinária. Esta produção era exportada para diversos pontos do Império Romano.

Junto aos tanques, podem ver-se vestígios de armazéns e alojamentos dos trabalhadores. Esta fábrica faz parte de uma importante villa-propriedade de grandes dimensões - que incluía também áreas agrícolas e hortícolas.

Trabalhos arqueológicos realizados no século passado, permitiram a descoberta um templo, banheiros e um cemitério de trabalhadores. O proprietário desta villa foi um cidadão romano de nome Herennius.

The exploration of the biological resources of Ria Formosa underwent a major development during the period of roman presence in the region: the fish salting industry flourished, and its remains can still be seen, here and there, near the lagoon shore.

These ruins date from the first century A.D. They were also used for the production of garum, a kind of paste obtained by maceration and fermentation of fish viscera and molluscs, to which aromatic herbs were added. This paste was very popular and had several culinary uses. Its production was not only aimed at local consumption, being exported to different points of the Roman empire.

Not far you can also see remains of warehouses and accommodations for the workers. These salting tanks were part of an important villa - a large estate - that also included agricultural areas.

Archaeological works undertaken in the XXth century unearthed a temple, baths and a cemetery for the workers. The owner of this villa was a roman citizen called Herennius.

Aspecto gráfico do painel informativo

Actualmente a situação é deplorável, com o local invadido por ervas, em total desleixo; tratando-se de valioso património cultural, encontra-se em piores condições que outras estações do percurso com muito menor importância patrimonial.